

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ANA PAULA BORGES CHAGAS

**A EDUCAÇÃO BÁSICA NO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO:
DISCURSOS E PROPOSIÇÕES**

Goiânia-GO
2021



UFG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Ana Paula Borges Chagas

Título do trabalho: A educação básica no governo de Jair Bolsonaro: discursos e proposições

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [] NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **João Ferreira De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 11/06/2021, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA BORGES CHAGAS, Discente**, em 14/06/2021, às 19:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



ANA PAULA BORGES CHAGAS

A EDUCAÇÃO BÁSICA NO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO:
DISCURSOS E PROPOSIÇÕES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para aprovação no TCC 2 e obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás.
Orientador: Professor Doutor João Ferreira de Oliveira

Goiânia-Go
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Chagas, Ana Paula Borges
A EDUCAÇÃO BÁSICA NO GOVERNO DE JAIR BOLSONARO
[manuscrito] : DISCURSOS E PROPOSIÇÕES / Ana Paula Borges
Chagas. - .
50 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Pedagogia, Goiânia, .
Bibliografia.

1. Educação Básica. 2. Políticas Educacionais. 3. Governo
Bolsonaro.. I. Oliveira, João Ferreira de , orient. II. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "A educação básica no governo de Jair Bolsonaro: discursos e proposições", de autoria de Ana Paula Borges Chagas, do curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Os trabalhos foram instalados pelo Professor Doutor João Ferreira de Oliveira - orientador, da Faculdade de Educação da UFG, com a participação, como membro da banca examinadora, de Marcilene Dias Bruno de Almeida, doutoranda em educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFG. Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final 9,5 (nove e meio), tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **João Ferreira De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 07/06/2021, às 18:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCILENE DIAS BRUNO DE ALMEIDA, Usuário Externo**, em 07/06/2021, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2115698** e o código CRC **47829210**.

RESUMO

Esta monografia foi produzida no âmbito da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. O objetivo central desta pesquisa foi analisar criticamente os programas educacionais para a Educação Básica, propostos pelo MEC, durante os dois primeiros anos do governo de Jair Bolsonaro (2019-2020). Também se examinou os discursos e as propostas do candidato Jair Bolsonaro apresentados por ocasião da campanha em 2018. A metodologia da pesquisa envolveu, além de pesquisa bibliográfica e documental, investigações no portal oficial do MEC, sobretudo por meio de levantamento de legislações e de todos os programas com foco na Educação Básica; considerou-se ainda alguns outros programas que se relacionavam com essa etapa de educação, mas presentes em outros espaços governamentais. Para auxiliar na análise dos movimentos e grupos sociais de direita e extrema direita, das bandeiras ideológicas e das ações do governo Jair Bolsonaro, contou-se, dentre outros, com o auxílio de Michael W. Apple (2003); e, ainda, com Luiz Carlos de Freitas (2018), que analisa criticamente o contexto social brasileiro composto por uma “nova direita”, que vem se movimentando de maneira ímpar, especialmente desde o *Impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016). Pode-se afirmar que os projetos educacionais propostos e desenvolvidos no período de 2019 a 2020, buscam atender às demandas governamentais e dos grupos que dão apoio político-ideológico ao governo, como os neoliberais, os neoconservadores, os grupos religiosos mais fundamentalistas, os segmentos militares e do judiciário e parte significativa da grande mídia. Dessa forma, a educação não é posta como uma política de Estado, que deveria atender as demandas da população, sobretudo a com menor poder aquisitivo, mas como espaço para atender aos interesses particulares e ideológicos dos grupos de apoiadores, a exemplo dos programas voltados à militarização das escolas e a educação domiciliar.

Palavras-chave: Educação Básica, Políticas Educacionais, Governo Bolsonaro.

ABSTRACT

This undergraduate thesis was produced under the discipline Final Paper II within the Pedagogy course of the College of Education of the Federal University of Goiás. The main purpose of this research was to critically analyze the educational programs towards basic education proposed by MEC, during the first two years of Jair Bolsonaro's government (2019-2020). The speeches and proposals of candidate Jair Bolsonaro presented during the 2018 campaign were also examined. The research methodology involved, in addition to bibliographical and documentary research, investigations on the official MEC website, mainly through the survey of legislation and all programs aimed towards Basic Education; additional programs related to this stage of education present in other governmental spaces were also considered. To assist in the analysis of movements and social groups on the right and far right, of the ideological flags and the actions of the Jair Bolsonaro Government, it was counted upon, among others, the help of Michael W. Apple (2003); as well as Luiz Carlos de Freitas (2018), who critically analyzes the Brazilian social context composed of a “new right”, which has been moving in a unique way, especially since the impeachment of President Dilma Rousseff (2011-2016). It can be said that the educational projects proposed and developed in the period of 2019 to 2020, seek to meet the demands of the government and the groups that give political-ideological support to the government, such as neoliberals, neoconservatives, fundamentalist religious groups, military and judiciary segments and a significant part of the mainstream media. In this way, education is not seen as a state policy, which should meet the demands of the population, especially those with lower purchasing power, but instead as a space to meet the private and ideological interests of supporter groups, such as programs aimed at the militarization of schools and homeschooling.

Key words: Basic Education, Educational Policies, Bolsonaro's Government.

SUMÁRIO

1) INTRODUÇÃO	6
2) NEOLIBERALISMO E CONSERVADORISMO NA EDUCAÇÃO: UMA GUINADA À DIREITA NA EDUCAÇÃO	11
3) EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: BREVE CARACTERIZAÇÃO A PARTIR DE INDICADORES BÁSICOS	17
4) PROGRAMAS E AÇÕES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO GOVERNO JAIR BOLSONARO: CIDADÃO EMPREENDEDOR, DISCIPLINADO E OBEDIENTE	24
4.1 ESCOLAS CÍVICO-MILITARES E EDUCAÇÃO DOMICILIAR.....	25
4.2 ALFABETIZAÇÃO E A EDUCAÇÃO BÁSICA	34
4.3 EDUCAÇÃO BÁSICA E A CIÊNCIA	39
5) CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	45

1) INTRODUÇÃO

O presente trabalho originou-se do interesse e necessidade de identificar e analisar criticamente os programas e ações do Governo de Jair Bolsonaro, no âmbito da Educação Básica obrigatória pública (de 4 a 17 anos), em seus dois primeiros anos de governo (2019 e 2020). Busca-se também, examinar de forma complementar os documentos do período eleitoral no ano de 2018. Deste modo a pesquisa se caracteriza pela análise de documentos do então candidato Jair Bolsonaro, em 2018, e, posteriormente, dos programas e ações do governo nos anos de 2019 e 2020, tendo como base principal o conteúdo dos sites das secretarias do Ministério da Educação (MEC) e da Secretária de Educação Básica (SEB), assim como os arquivos divulgados pelo então candidato Jair Bolsonaro durante a/sua campanha presidencial em 2018.

Compreende-se aqui Educação Básica como um direito social, estabelecida como um nível escolar dentro do sistema educacional do Brasil, como apresenta Cury (2010). O conceito de educação advém de matéria Constitucional, uma vez que guiará a educação nacional, conforme explicita o artigo 205 da CF/88 - (BRASIL,1988)

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL,1988).

Destarte, a Educação Básica é um direito constitucional e sua oferta deve ser gratuita e salvaguardada pelo Estado; para tanto, se fez necessário a criação de leis específicas, que busquem complementar tal direito, quais sejam, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Plano Nacional de Educação (PNE), entre outras. Como afirma Cury (2010, p.2),

Do direito, nascem prerrogativas próprias das pessoas em virtude das quais elas passam a gozar de algo que lhes pertence como tal. Do dever de Estado, nascem obrigações a serem respeitadas tanto por quem tem a responsabilidade de efetivá-las, quanto da colaboração vinda da parte de outros sujeitos implicados nessas obrigações (CURY, 2010, p. 2)

Conforme o autor, o dever do Estado abrange a construção da cidadania, oferecendo assim um “encontro com uma democracia civil, social, política, cultural e com os direitos humanos” (CURY, 2010, p.2) para a formação completa do sujeito social. Sob

a perspectiva da organização escolar, o termo Educação Básica engloba as três etapas educacionais de nosso país, a educação infantil (Creche e Pré-Escola), o ensino fundamental e o ensino médio, contemplando as idades de 0 a 17 anos, destacando-se o período obrigatório de 4 a 17 anos.

Nesta perspectiva, destaca-se os respaldos legais que asseguram a necessidade de um ensino básico acessível e pensado para todos, contudo, apesar dessa segurança legal existente em torno da Educação Básica alguns grupos sociais apresentam uma defesa crescente de ideias e propostas de desvinculação ou fragilização desse direito à educação, como apontado por Zan e Krawczyk (2019). As autoras analisam o avanço do pensamento conservador no Brasil por meio de projetos educacionais propostos, sendo eles, o programa escola sem partido, a militarização de escolas públicas, a educação domiciliar (*Homeschooling*) e a inserção do empreendedorismo como um tema de destaque no currículo escolar.

Concebe-se, nesse projeto de pesquisa alguns dos programas e ações mais importantes que foram defendidos, propostos e implementados pelo Governo de Jair Bolsonaro no âmbito da Educação Básica, a exemplo das Escolas Cívico-Militares, que foi uma das proposições mais efetivas no período da campanha para a Presidência da República, em 2018. E o Homeschooling, que apesar de não se caracterizar um projeto efetivo, o governo apresentou uma prioridade sobre este tópico, uma vez que este aparece inclusive nas metas dos primeiros 100 dias do governo¹.

Desde 2016 observam-se no Brasil mudanças nas relações políticas, econômicas e sociais estabelecidas, com forte ascensão de uma direita mais autoritária e conservadora, o que se consubstanciou com o impedimento da Presidente Dilma Rousseff (2011-2016) e chegada ao poder de Michel Temer (2016-2018), seu vice-presidente, no contexto da direita liberal e conservadora, com apoio da mídia, do Judiciário, dos militares e das principais denominações religiosas chamadas neopentecostais (FREITAS, 2018).

No contexto internacional, assim como no Brasil, os grupos chamados “neoconservadores, neoliberais e autoritário-populistas” (APPLE, 2003; FREITAS, 2018) têm tomado o espaço da cena política e institucional. No Brasil essas forças políticas

¹ As metas dos primeiros 100 dias de governo foram divulgadas na tv aberta e pela internet, para a análise durante a pesquisa foi consultado o site do Planalto. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2019/01/governo-lanca-plano-com-35-metas-para-os-primeiros-100-dias>. Acesso em :11 maio 2021.

neoliberais e conservadoras elegeram diversos governadores e o próprio Presidente da República. Deste modo, Freitas (2018), apoiando-se em Berringer, afirma que

Ainda não temos uma teorização acabada que possa dar conta das mudanças pelas quais passou o país em 2016 que afastou a coalizão do PT do poder, mas pode-se dizer que 2016 representa um momento de inflexão na política brasileira, não por acaso com o apoio incondicional do PSDB e do antigo PFL, agora DEM - sem contar o Partido do movimento Democrático Brasileiro(MDB), de cuja fileiras era o vice-presidente na coalizão PT- MDB, elevado pelo golpe à condição de presidente da República em 2016, com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Mas pode-se dizer que 2016 representa um momento em que sai de cena o desenvolvimentismo, cedendo lugar a uma retomada do liberalismo econômico (neoliberalismo) na política brasileira (BERRINGER, 2015 *apud* FREITAS, 2016 p.10)

Com a ascensão desses grupos ao poder, coloca-se em foco um novo cenário na história do Brasil, sendo objeto de estudo nas mais diversas áreas da ciência política e em outras áreas do conhecimento, como aponta Freitas (2018), em um curto espaço de tempo ocorreram mudanças significativas na política brasileira, sobretudo na política econômica, social, educacional e, sobretudo, na (des)construção do Estado, especialmente por meio de reformas na Constituição Federal de 1988. Caracterizou-se, assim, uma conjuntura econômica, política e social complexa e que requer ampla análise.

Cumprido salientar que a escolha do tema advém da construção de um raciocínio crítico e lógico, desenvolvidos durante o período de graduação da autora. A figura emblemática de Jair Messias Bolsonaro e seus discursos pró-ditadura militar e contra grupos minoritários, tais quais, os movimentos LGBT e feministas, marcavam suas ideias, deixando explícito seu posicionamento agressivo e direto, gerando uma divisão social, entre seus apoiadores e a sua oposição, antes mesmo de dar início a sua campanha presidencial.

Nesta perspectiva, houve durante o período de graduação, uma proximidade da pesquisadora com o tema de políticas educacionais, em especial pela vivência deste momento de constantes mudanças. A participação no Grupo de Estudos de Políticas Educacionais² (GEPED), coordenado pela professora Miriam Fábila Alves, da Faculdade de Educação da UFG, foi essencial para o desenvolvimento dessa pesquisa.

As mudanças educacionais, no período de 2016 a 2020, foram objetos de estudos e debates recorrentes neste grupo de estudos. Em especial as mudanças políticas desde

² No ano de 2020 o antigo GEPED se transformou no Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais e Juventudes (GEPEJ).

2018 que marcaram de forma incisiva a elaboração desse estudo. Logo, essa pesquisa é o resultado de estímulos vivenciados no grupo de estudo e da inquietação de uma professora pesquisadora em formação, buscando compreender como processos tão decisivos ocorrem nas políticas Educacionais do Brasil.

Assim sendo, indaga-se ao longo deste trabalho a identificação e a análise crítica dos discursos e proposições de algumas das políticas e ações do governo de Jair Bolsonaro no âmbito da Educação Básica, no período de 2018 a 2020, contemplando o período eleitoral (2018) e os dois primeiros anos de governo (2019 e 2020).

Busca-se, assim, de forma mais específica, analisar o discurso e as proposições para a Educação Básica nos documentos do período eleitoral (2018) e em seus dois primeiros anos de governo (2019-2020). Nessa direção, tornou-se fundamental identificar e analisar as principais políticas, programas e ações das Secretarias do MEC que atuam no âmbito da Educação Básica, bem como examinar criticamente outros documentos do MEC e do Governo Federal, que compreendem aspectos que configuram a ideologia neoliberal e conservadora que vem orientando as políticas, programas e ações no âmbito educacional.

A pesquisa orientou-se, inicialmente, para uma análise da proposta do plano de governo de Jair Bolsonaro (2018), prosseguindo para os projetos, programas e ações apresentados durante o início do governo até o ano de 2020. O foco central da investigação são as políticas, programas e ações propostas pelo MEC para a educação básica, mas considerando outras proposições educacionais presentes em outros ministérios e órgãos do governo.

Este estudo possui propósito descritivo-analítica, pois busca por meio da análise bibliográfica e documental compreender os fatores que moldaram o cenário atual, levando ao poder uma pessoa como Jair Bolsonaro e os impactos dessa escolha na educação básica brasileira, tendo uma perspectiva crítico-interpretativa, uma vez que todas as informações coletadas foram analisadas e contextualizadas, por meio dos instrumentos, textual e discursiva, haja visto a vasta assistência proporcionada pelos livros, artigos científicos, documentos oficiais, decretos etc., possuindo abordagem quali-quantitativa, pois será analisado os aspectos determinantes para a construção dessa realidade, juntamente com o estudo de gráficos e tabelas.

Os passos metodológicos para o desenvolvimento dessa pesquisa envolveram investigação no site oficial do MEC, onde se buscou por documentos e legislações, para acesso às portarias e documentos orientadores das ações e programas. No site da

Presidência da República foram pesquisadas as leis e decretos dos anos de 2019 e 2020 que abordam a Educação Básica. Infere-se possíveis resoluções aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) no período 2019-2020.

Assim, as legislações que dão suporte à pesquisa foram buscadas e complementadas no site oficial do MEC, do CNE e da Presidência da República, tendo em vista levantar os marcos legais das principais proposições políticas no âmbito da Educação Básica.

A revisão da literatura foi composta por artigos selecionados por intermédio da plataforma Scielo, onde estes foram buscados com as palavras EDUCAÇÃO BÁSICA, NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO e BOLSONARO, não obstante, devido ao caráter contemporâneo do tema poucos artigos foram encontrados. Além disso, a utilização da plataforma google acadêmico se fez necessário e, para a busca, foram utilizadas as palavras EDUCAÇÃO BÁSICA e BOLSONARO com um recorte de publicações a partir de 2019; desse modo, foram encontrados volumes de revistas científicas e dossiês que continham artigos relevantes para a construção deste trabalho. Foi utilizado também reportagens, para contextualização de eventos e situações ligadas ao governo, que no momento do fato foram divulgadas em tv aberta e internet.

O trabalho foi estruturado em três capítulos, no primeiro abordamos o neoliberalismo e conservadorismo na educação, buscando realizar uma compreensão do contexto atual e da conseqüente eleição de Jair Messias Bolsonaro, uma vez que esse movimento altera de forma significativa a educação nacional. Já no segundo busca-se reunir os dados referentes à Educação Básica, a fim de promover a sua caracterização e por conseguinte avaliar e compreender os impactos das propostas para a Educação Básica. No terceiro capítulo tratará das propostas desenvolvidas pelo governo Bolsonaro no âmbito educacional e analisará de forma crítica os principais projetos educacionais e ou que envolviam a Educação Básica de forma substancial.

2) NEOLIBERALISMO E CONSERVADORISMO: UMA GUINADA À DIREITA NA EDUCAÇÃO

Como já apresentado, a pesquisa iniciou-se com a análise da proposta do plano de governo de Jair Bolsonaro (PSL, 2018), dado sua importância para uma compreensão mais ampla dos fundamentos e da ideologia do então candidato à Presidência da República. O nome da coligação da proposta foi “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, evidenciando o caráter religioso que conduziria sua campanha e seu governo, dado o apoio sobretudo de segmentos evangélicos neopentecostais. Logo na abertura do documento, observa-se que este foi elaborado com um design de slides/apresentações, na capa dele há o título “O caminho da prosperidade”. Seguido do título temos três tópicos que aparecem e que podem ser o objetivo de atuação, onde se deixa entender que possuem uma proposta de governo “Constitucional, Eficiente e Fraternal”. Ao fim da capa há uma passagem bíblica “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará. João 8:32”.

Já com essa primeira observação das propostas, percebe-se alguns dos elementos que objetivam a análise deste projeto. Na segunda página já podemos observar um pequeno texto de apresentação trazendo os objetivos do governo com um texto emblemático que definirá seus compromissos e em que irá se basear o projeto de governo.

O BRASIL LIVRE

Propomos um governo decente, diferente de tudo aquilo que nos jogou em uma crise ética, moral e fiscal. Um governo sem toma lá-dá-cá, sem acordos espúrios. Um governo formado por pessoas que tenham compromisso com o Brasil e com os brasileiros. Que atenda aos anseios dos cidadãos e trabalhe pelo que realmente faz a diferença na vida de todos. Um governo que defenda e resgate o bem mais precioso de qualquer cidadão: a Liberdade. Um governo que devolva o país aos seus verdadeiros donos: os brasileiros. (PSL, 2018, p. 2)

É possível perceber que esse texto possui características neoconservadoras, conforme aponta Apple (2003), esse grupo busca ressaltar a visão de Estado Forte, e que possuem uma visão romantizada de um “[...] passado em que o ‘verdadeiro saber’ e a moralidade reinavam supremos onde as pessoas ‘conheciam seu lugar’ e em que as comunidades estáveis, guiadas por uma ordem natural, protegem-nos dos estragos da sociedade” (APPLE, 2003, p. 57). É possível estabelecer paralelos com o presente Brasil a partir da ascensão da extrema direita, como vemos elementos apresentados na proposta do candidato Jair Bolsonaro.

Nos Estados Unidos da América (EUA), a estratégia adquirida, conforme pontua Apple (2003), foi a de alimentar o “medo do outro”, já no Brasil, a estratégia adotada foi a de difusão do medo aos comunistas que estavam, segundo esses grupos conservadores e religiosos, “dominando o país” desde a redemocratização a partir de 1980. Durante todo o período de campanha à presidência, Jair Messias Bolsonaro se apresentava como pertencente a um grupo ideologicamente conservador e que quer resgatar o País do outro governo, dos ‘comunistas’, dos outros brasileiros imorais que causaram a perdição e o declínio da ‘Nação’. A própria Constituição Federal de 1988 seria o exemplo cabal desse domínio estatal e do “marxismo cultural” reinante.

Para trazer legitimidade às exigências dos “movimentos religiosos populista e autoritários”, como definidos por Apple (2003), observa-se uma apropriação do discurso do suposto conservadorismo das famílias e da sociedade. Dessa forma acontece uma situação em que o opressor, se diz oprimido, buscando ter “seu país” de volta, podendo gozar de seus inúmeros privilégios e para argumentar se comparam com grupos minoritários que tiveram lutas reconhecidas. Em alguns casos é possível ouvirmos discursos nos quais esses grupos conservadores se dizem oprimidos por grupos sociais minoritários.

Para eles, exatamente como os afro-americanos, os latino-americanos, os nativos americanos, os asiático-americanos e outros que exigiram o reconhecimento de sua identidade cultural única, os evangélicos acreditam que devem receber o mesmo tipo de reconhecimento diferencial.

Por exemplo: a *Christian Coalition* tem sido bastante agressiva em sua descrição dos cristãos conservadores como oprimidos. A reivindicação ‘condição de vítima’ é um poderoso instrumento retórico. Aumenta a legitimidade de um grupo, ao mesmo tempo que exige uma compensação (APPLE, 2003, p.182)

Discurso muito semelhante foi muito utilizado pelo Presidente Jair Bolsonaro, à época em que era deputado federal e até durante a campanha à presidência, com o recorte próprio da realidade brasileira. Em uma entrevista³ ao Jornal Nacional, na época de sua candidatura à presidência, Bolsonaro levou um livro chamado "Aparelho Sexual e Cia" e disse que o livro fazia parte do “Kit Gay”. O Kit Gay que Bolsonaro constantemente

³ Essa entrevista ocorreu na TV aberta, contudo foi resgatada no site de notícias G1, pertencente a mesma emissora do Jornal Nacional. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/16/tse-manda-remover-da-internet-videos-de-bolsonaro-contr-o-kit-gay.ghtml>. Acesso em: 28 abr. 2021.

citava é um apelido, utilizado pela ala conservadora, sobre o material “escola sem homofobia” que esteve em desenvolvimento no governo PT, mas que não chegou a ser colocado em prática, e o livro apresentado pelo presidente não fazia parte desse projeto.

Contudo na época o candidato à presidência reafirmou diversas vezes, que o governo PT queria “perverter” as crianças que estavam na escola. Já em 2020, no segundo ano de mandato, em seu discurso na Organização das Nações Unidas (ONU), alegou ser vítima de desinformação a respeito das queimadas que estavam ocorrendo no Brasil, afirmando que pelo fato da floresta ser úmida não seria possível a propagação de fogo e que os incêndios que ocorrem são obras dos povos indígenas e de caboclos que colocam fogo em seus roçados⁴.

Podemos observar, assim, como essa inversão de condição de vítima ocorre. Nos casos acima através de um discurso inverídico, sobre grupo LGBTQIA+ estarem aliados com o governo PT para perverterem crianças e sobre a responsabilização de povos indígenas sobre queimadas que ocorreram na Amazonia.

Oliveira e Apinagé (2020) analisam o discurso de Jair Bolsonaro, especificamente em seu texto de posse⁵, afirmando que a ideologia é relacionada ao sujeito, uma vez que está só existe por causa dele e para ele; ressaltam, ainda, que pelo fato de a ideologia produzir “evidências discretas” é rotineiro/comum/cotidiano que o/um sujeito não perceba/reconheça que é afetado por uma ideologia.

A ideologia funciona como produtora de evidências, que, de tão discretas, fazem com que o sujeito não tenha a percepção de que é afetado pelo “reconhecimento ideológico”, desencadeando sujeitos que se acreditam “concretos, individuais, inconfundíveis e (obviamente) insubstituíveis” (apud ALTHUSSER, [1969] 1985, p. 95). Tal efeito é provocado pela ideologia, sendo tão arraigado que esses sujeitos não desconfiam que são, continuamente, afetados pelo processo de interpelação ao qual estão submetidos. (OLIVEIRA; APINAGÉ, 2020, p.245)

Dessa forma as autoras chegam ao pressuposto que “não há sujeito sem ideologia e nem ideologia sem sujeito” (OLIVEIRA; APINAGÉ, 2020, p.249), seguindo essas perspectivas ao analisarem o discurso de posse do presidente Jair Bolsonaro é pontuado

⁴ Discurso da ONU publicado no site do planalto. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2020/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-75a-assembleia-geral-da-organizacao-das-nacoes-unidas-onu>. Acesso em 15 out.2020.

⁵O trecho/fragmento do discurso analisado por Oliveira e Apinagé (2020, p.249) é “não se pode deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerce da nossa sociedade.”

que o presidente associa um significado próprio para a palavra ideologia. A ideologia no discurso do presidente é verbalizada como única e posta como sinônimo da ideologia política/pensamento/teoria da esquerda. (OLIVEIRA; APINAGÉ, 2020). Logo ao se colocar contraditório a essa “única ideologia” existente, o presidente tenta se posicionar como um sujeito não ideológico.

As autoras ainda reforçam, como já apresentado, que não é possível a existência de um sujeito não ideológico e, dessa forma, o presidente possui uma ideologia, mesmo que não saiba ou não queira expô-la. Nessa direção, as autoras apontam que

Para efeito de análise e do objetivo proposto, podemos levantar a hipótese de que Bolsonaro é de extrema direita, sendo essa a ideologia na qual se inscreve, cujo processo lhe parece natural e sem conflitos. A extrema direita defende a tradição, um estado patriarcal, desdenha o igualitarismo, são opositores ao socialismo, defende o conservadorismo social e a supremacia de grupos considerados superiores.

O sentido dado, então, por Bolsonaro, em seu discurso, é de alguém que tem uma ideologia, exprimindo, mesmo “sem saber”, uma ideologia de extrema direita, que é contra os princípios básicos da democracia brasileira, regime, aliás, que, por ser (ou se pretender afirmar-se como democrático) permitiu que fosse eleito (OLIVEIRA; APINAGÉ, 2020, p.251).

Toda essa movimentação de seu discurso possui apoio da população, em específico para o grupo religiosos neopentecostais, como apresenta Pleyers (2020) ao afirmar que nos anos de 1980 a 1990 ocorreram dois movimentos distintos, porém que influenciaram de maneira substancial a ascensão e crescimento de igrejas neopentecostais no Brasil. A primeira movimentação foi o ataque do Vaticano à Teologia da Libertação, que era uma prática dominante da igreja católica no Brasil desde a década de 1960 que alcançava populações periféricas. A segunda movimentação é que o espaço criado nesses lugares periféricos, é ocupado por igrejas neopentecostais.

Contudo, para Pleyers (2020) não devemos associar a mudança social e política apenas a crescente quantitativa das igrejas neopentecostais e sim às mudanças nas interpretações das escrituras. A teologia da prosperidade e a Teoria do Reino são pontos importantes que buscam criar uma mentalidade específica.

Quando o protestantismo os convidou a fugir dos valores mundanos de modo a conquistar sua salvação, as interpretações das escrituras ganharam força. Primeiramente, com a Teologia da Prosperidade, os fiéis foram instigados a recusar os valores mundanos e ver os sinais da bênção divina e da recompensa pelos seus atos virtuosos (e cumprir o pagamento do dízimo na igreja). Em segundo lugar, a “Teoria do Reino” os convidou a “trabalhar ativamente para a restauração do reino de Deus na terra”. Os fiéis deveriam contribuir para uma transformação da sociedade em seu conjunto, não somente

da comunidade de crenças, como é o caso das comunidades evangélicas históricas. Plano de Poder: Deus, os Cristãos e a Política, publicado em 2008 pelo fundador e bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo, faz parte dessa perspectiva, que teve protagonismo maior na política brasileira na década seguinte. (PÉREZ GUADALUPE, 2018, p. 38; ALGRANTI, 2010, *apud* PLEYERS, 2020. p.8-9)

O conceito de populista autoritário⁶ cunhado por Apple (2003) ganha materialidade na figura política de Jair Messias Bolsonaro, que se tornou conhecido pelos seus discursos agressivos contra as minorias (LGBTs, Mulheres Movimento Negro etc.). Logo, através do clamor da população neoconservadora e religiosa fundamentalista, ele se torna candidato à presidência e posteriormente ganha as eleições utilizando uma imagem de Messias salvador do Brasil, o homem que colocaria o País no rumo da ordem e do progresso, “destruído pelo PT” e pelo comunismo.

Desta forma, a eleição de Jair Messias Bolsonaro foi um marco político no Brasil, uma vez que representa um pensamento neoliberal e conservador que ainda não havia se manifestado com tal intensidade no país. Como aponta Miranda (2020), o projeto neoliberal já havia sido iniciado por Fernando Henrique Cardoso (FHC), no período de 1995 a 2002, contudo ele encontrou resistências nos governos seguintes com a eleição de governantes do Partido dos Trabalhadores (PT), nomeadamente Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). A autora destaca ainda que essa resistência não foi completa e radical, contudo, o suficiente para desacelerar o processo neoliberal iniciado.

Os governos do PT, tanto quanto o governo de Jair Messias Bolsonaro, foram ou é sustentado por apoios de classes específicas e distintas como aponta Miranda (2020) ao apoiar-se em análises realizadas Boito Jr. (2018). Ela afirma que o PT recebia apoio de uma parte da burguesia, da classe operária, da baixa classe média, da população do campo e de trabalhadores marginalizados. Já o governo Bolsonaro é apoiado por uma parcela da burguesia e classe média que se sentiram ameaçadas com a “melhoria das condições das classes populares durante os governos do PT” (BOITO JR., 2018 *apud* MIRANDA, 2020, p.2)

A autora também aponta que após a campanha de 2018, outros segmentos sociais aderiram à base de apoio de Jair Messias Bolsonaro, entre eles “proprietários de terra e extrativistas, militares, religiosos neopentecostais até conservadores terraplanistas”

⁶ Apple (2003) define populistas autoritários, como um grupo composto por “fundamentalistas religiosos e evangélicos conservadores que querem um retorno a (seu) Deus em todas as nossas instituições.” (APPLE, 2003, p.13)

(MIRANDA, 2020, p.2). Todo esse grupo tem também configurado apoio à ofensiva neoliberal, constituindo assim uma grande aliança.

Contudo como vemos a aliança é formada com a exclusão de outros, às vezes de forma clara e nomeada no discurso, às vezes de forma velada e subentendida. Resgatando um trecho do projeto de governo de Bolsonaro. “[...]Um governo que defenda e resgate o bem mais precioso de qualquer cidadão: a Liberdade. Um governo que devolva o país aos seus verdadeiros donos: os brasileiros.” (PSL, 2018, p. 2). Podemos observar uma tentativa de relação de pertencimento apelativa, “os brasileiros” esses sim são os verdadeiros donos do país. Contudo, quem são esses verdadeiros donos do Brasil, que precisam que alguém lhe devolva seu país? Como o governo quer devolver a liberdade a “qualquer cidadão”, se esse mesmo governo propõe uma visão maniqueísta, onde existem os dignos e os não dignos.

A liberdade apontada nesse discurso tentar realizar uma aproximação do liberalismo original, cunhado por John Locke, como aponta, Miranda (2020), apoiando-se em Paulani (2005), uma vez que esse liberalismo chamado de clássico possuía uma perspectiva política e filosófica ligada aos direitos naturais, propagadora da tolerância religiosa e política, seguindo assim o ideal de que os homens nascem livres e racionais. Contudo ao observar o restante do discurso, é possível perceber uma proximidade com a visão sobre o liberalismo econômico de Adam Smith e John Stuart Mill, como aponta Miranda (2020). Conectando assim os grupos neoliberais e neoconservadores, dando cada vez mais forma a uma aliança.

Durante a apresentação das metas prioritárias dentro dos primeiros 100 dias de governo, no primeiro semestre de 2019, observa-se alguns projetos/programas e ações relacionados à educação que caracterizavam os rumos das políticas e ações no campo da educação. No dia 23 de janeiro de 2019 o site Agência Brasil, que consiste em uma agência pública, divulgou as principais ações do governo no campo da educação, que serão analisadas no último capítulo. É importante, todavia, examinar antes alguns dos principais indicadores da Educação Básica no Brasil, de modo a compreender a realidade dessa etapa da educação escolar para, em seguida, analisar a relevância e pertinência dos programas e ações do governo Jair Bolsonaro nos anos 2019 e 2020.

3) EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: BREVE CARACTERIZAÇÃO A PARTIR DE INDICADORES BÁSICOS

A Educação Básica é um conceito que surge na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, e que posteriormente, por meio de Emenda Constitucional é adicionado à Constituição Federal de 1988. Na LDB é definido a Educação Básica como um nível educacional, composto por três etapas, a educação infantil (0 a 5 anos), o ensino fundamental (6 a 14 anos) e ensino médio (15 a 17 anos). E é explicitado a sua função no art. 22, destacando as finalidades em termos de desenvolvimento do educando, garantia de uma formação comum e básica para formação da cidadania e arcabouço para desenvolvimento em estudos conseguintes e trabalho. (CURY,2002)

Para Cury (2002) o fato de estar explicito na LDB os possíveis caminhos para estudos e trabalho, evita que ocorra uma interpretação dualista, onde apenas uma lógica predominasse, geralmente a do mercado.

Mas o art. 22 da LDB, a fim de evitar uma interpretação dualista entre cidadania e trabalho e para evitar o tradicional caminho no Brasil de tomar a qualificação do trabalho como uma sala sem janelas que não a do mercado, acrescenta como próprios de uma educação cidadã tanto o trabalho quanto o prosseguimento em estudos posteriores (CURY, 2002, p.170)

Na Educação Básica é obrigatória a escolarização de crianças de 4 a 17 anos, atingindo as etapas da educação infantil, ensino fundamental e médio. A única fase que não possui caráter obrigatório é a creche, que contempla crianças de zero a 3 anos. Segundo o texto legal constante na CF/1988 o ensino obrigatório inicialmente se restringia ao ensino fundamental, e através da Emenda Constitucional nº 59/2009, ocorreu a expansão da obrigatoriedade da educação como conhecemos hoje (BRASIL, 1988).

Contudo, a obrigatoriedade da educação e sua universalização não são pontos superados socialmente, mesmo com sua garantia perante a lei a universalização do ensino é um ponto de muitas disputas. No Censo da Educação Básica, por exemplo, observa-se queda gradativa no número de matrículas, o que pode estar indicando algum processo de exclusão ou não atendimento no período obrigatório. Vejamos, por exemplo, os dados das matrículas de 2018 a 2020: no ano de 2020 ocorreram 47,3 milhões de matrículas, em 2019 ocorreram 47,9 milhões de matrículas, e em 2018 ocorreram 48,5 milhões de matrículas.

O gráfico, a seguir, mostra a queda constante no número de matrículas da Educação Básica no período de 2016 a 2020.

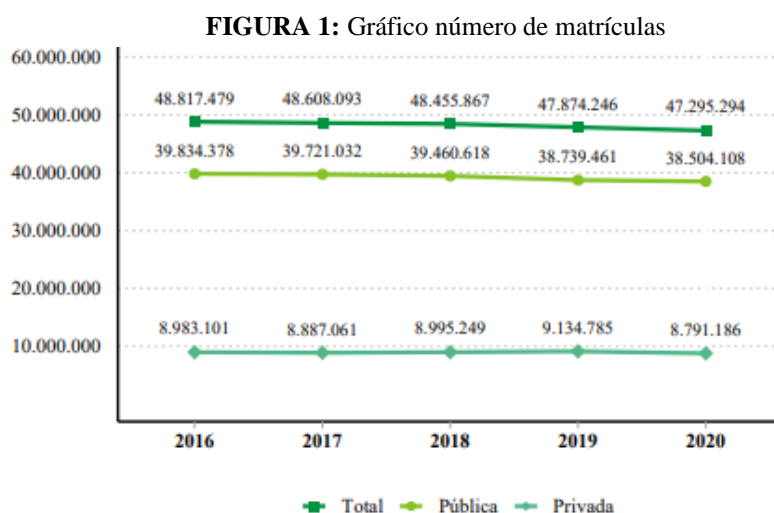


GRÁFICO 1
NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA SEGUNDO A REDE DE ENSINO -
BRASIL - 2016 A 2020

Fonte: INEP -Resumo técnico (2021, p.16)

Ao colocarmos esses dados lado a lado é perceptível a queda no número de 500 a 600 mil matrículas, de ano em ano. Apesar das quedas expressivas no número de matrículas na Educação Básica, é notável um movimento contrário quando observamos especificamente a Educação Infantil. Essa etapa da Educação Básica vem apresentando um aumento substancial no número de matrículas desde 2014. Em 2018 o número de matrícula na educação infantil era de 8,7 milhões, já em 2019 esse número sobe para 8,9 milhões; entretanto, em 2020, esse número cai para 8,8 milhões de matrículas. Essa queda é justificada no resumo técnico de 2020.

Verifica-se no Gráfico 6 que apesar do crescimento das matrículas na educação infantil nos últimos anos (cresceu 8,4% de 2016 a 2019), observa-se uma queda de 1,6% de 2019 para 2020. A queda no número de matrículas na educação infantil ocorreu principalmente devido à rede privada, que teve queda de 7,1% no último ano (quedas de 6,9% na creche e de 7,2% na pré-escola), enquanto a rede pública apresentou crescimento de 0,5% (queda 0,5% na creche compensada pelo crescimento de 1,2% na pré-escola) (BRASIL. INEP, 2021, p.20).

FIGURA 2: Gráfico evolução de matrículas na educação infantil

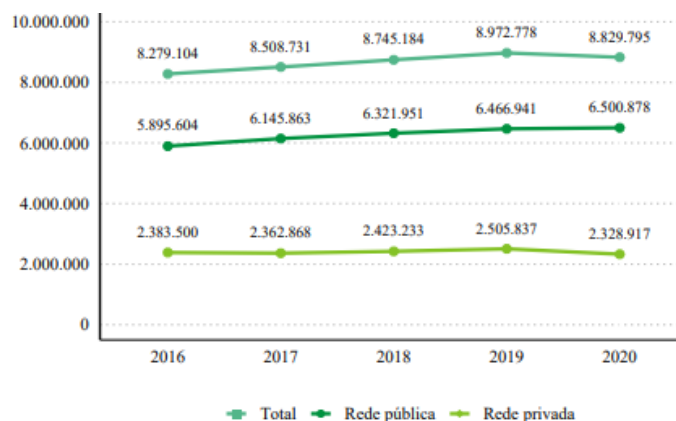


GRÁFICO 6

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL SEGUNDO A REDE DE ENSINO - BRASIL - 2016 A 2020

FONTE: INEP -Resumo técnico (2021, p.21)

Já na etapa do Ensino Fundamental foi registrado um alinhamento com o perfil de queda da Educação Básica. Porém, é necessário ressaltar que essa etapa não apresenta uma queda tão homogênea, possuindo uma variação numérica entre a fase inicial e final. Em 2020 foi registrado 26,7 milhões em de matrículas com uma queda mais significativa sobre os anos iniciais. Já em 2019 foi registrado 26,9 milhões de matrículas com uma queda equivalente sobre os anos iniciais e finais. Em 2018 foi apontado 27,2 milhões de matrículas com uma queda mais significativa nos anos finais. (BRASIL. INEP, 2020)

O Ensino Médio acompanha a queda no número de matrículas, a partir de 2016, apresentando somente em 2020 um aumento nesse número. Essa etapa apresenta assim, o montante de 7,6 milhões de matrículas em 2020, 7,5 milhões em 2019 e 7,7 milhões no ano de 2018 (BRASIL.INEP, 2021)

O número de professores atuantes na Educação Básica se mantém na faixa dos 2,2 milhões como apresenta os resumos técnicos do INEP dos anos de 2018, 2019 e 2020. E a etapa de atuação que mais concentra esses professores é o Ensino Fundamental, uma vez que em 2018 contavam com o número 1.400.716 docentes; em 2019 foi registrado 1.383.833 docentes e em 2020 o número de professores foi de 1.378.812 (BRASIL.INEP, 2019; BRASIL. INEP, 2020; BRASIL. INEP, 2021)

Outro fator que deve ser destacado na análise de dados é o número de escolas de Educação Básica. O censo de 2018 apresenta o maior número de matrículas, distribuídas por 181,9 mil escolas de Educação Básica em todo país; há também uma redução no número de escolas nos demais censos anuais. O censo de 2019 conta com 180,6 mil escolas e o censo de 2020 conta com s 179,5 mil escolas.

De forma majoritária a rede municipal compõe a maior parte desse número 60% de escolas, geralmente voltadas para as fases de pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental, esse número se mantém no intervalo de tempo analisado 2018-2020. Seguida das escolas privadas que compõem 22,3% em 2018 e 22,9 % em 2019 e 2020. Já a rede estadual compõem 16,7% em 2018 e 2019 e 16,6% em 2020. As escolas ministradas pela União representam 0,4% do montante final referente ao número de escolas no final de cada ano.

Outro dado importante para a análise da Educação Básica é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que tem como foco o ensino fundamental e médio. “O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) tem sido utilizado para o planejamento e implementação de políticas públicas que visam a melhoria da qualidade da educação oferecida no país.” (JESUS, 2012, p.3).

O tópico qualidade da educação, é um assunto que faz necessário um olhar cuidadoso. Jesus (2012) e Freitas (2018) afirmam que os modelos de avaliações se tornaram formas de responsabilização das escolas públicas pelo desempenho dos estudantes, atrelado a bonificações de instituições que apresentam resultados mais positivos. Ambos os autores sinalizam, que um resultado positivo nos processos de avaliação, como Prova Brasil, que é utilizada para o cálculo do IDEB, não pode simplesmente ser sinônimo de boa educação. Uma educação de qualidade, vai para além, ela possui fatores não são passíveis de quantificação.

Segundo o site do MEC, o IDEB é calculado a partir da taxa de aprovação e a média sobre os exames aplicados, como Prova Brasil, a nível municipal, e Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), a nível estadual e nacional. Dessa forma, como apresentado por Jesus (2012), o IDEB faz parte de um Plano de Desenvolvimento de Educação criado em 2007.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado em 2007 (BRASIL, Plano de Desenvolvimento da Educação, 2007), tem como carro chefe o IDEB e tem como meta para o país até 2021⁷ alcançar a média 6,0 nesse indicador. O IDEB é composto pela média das escolas na Prova Brasil nas disciplinas de Língua portuguesa e Matemática nas séries avaliadas, e pelos indicadores de fluxo escolar, representados pelas taxas de promoção, repetência e evasão. (JESUS, 2012, p.6).

Como se pode observar na figura a seguir, até o ano de 2011 todas as metas propostas para o IDEB, referente à educação pública, foram alcançadas. Entretanto essa

⁷ Vale ressaltar que no portal do MEC, na apresentação do IDEB, o ano final para alcance da meta é 2022.

situação é alterada, na fase dos anos finais do Ensino Fundamental e na etapa do Ensino Médio, continuando assim somente os anos iniciais do Ensino Fundamental a alcançar as metas propostas para cada ano, chegando em 2017 e 2019 a alcançar uma média de 5,8 e 5,9 respectivamente, sendo essa média superior à meta proposta que era 5,5 e 5,7 respectivamente.

FIGURA 3: Quadro IDEB

Anos Iniciais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado								Metas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Total	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	5.8	5.9	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0
Dependência Administrativa																
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	5.8	6.0	6.1	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	5.6	5.9	6.1
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	5.6	5.7	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4	5.7
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.8	7.1	7.1	6.0	6.3	6.6	6.8	7.0	7.2	7.4	7.5
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	5.5	5.7	3.6	4.0	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5	5.8

Anos Finais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado								Metas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Total	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	4.5	4.7	4.9	3.5	3.7	3.9	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5
Dependência Administrativa																
Estadual	3.3	3.6	3.8	3.9	4.0	4.2	4.5	4.7	3.3	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.3
Municipal	3.1	3.4	3.6	3.8	3.8	4.1	4.3	4.5	3.1	3.3	3.5	3.9	4.3	4.6	4.9	5.1
Privada	5.8	5.8	5.9	6.0	5.9	6.1	6.4	6.4	5.8	6.0	6.2	6.5	6.8	7.0	7.1	7.3
Pública	3.2	3.5	3.7	3.9	4.0	4.2	4.4	4.6	3.3	3.4	3.7	4.1	4.5	4.7	5.0	5.2

Ensino Médio

	IDEB Observado								Metas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Total	3.4	3.5	3.6	3.7	3.7	3.7	3.8	4.2	3.4	3.5	3.7	3.9	4.3	4.7	5.0	5.2
Dependência Administrativa																
Estadual	3.0	3.2	3.4	3.4	3.4	3.5	3.5	3.9	3.1	3.2	3.3	3.6	3.9	4.4	4.6	4.9
Privada	5.6	5.6	5.6	5.7	5.4	5.3	5.8	6.0	5.6	5.7	5.8	6.0	6.3	6.7	6.8	7.0
Pública	3.1	3.2	3.4	3.4	3.4	3.5	3.5	3.9	3.1	3.2	3.4	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9

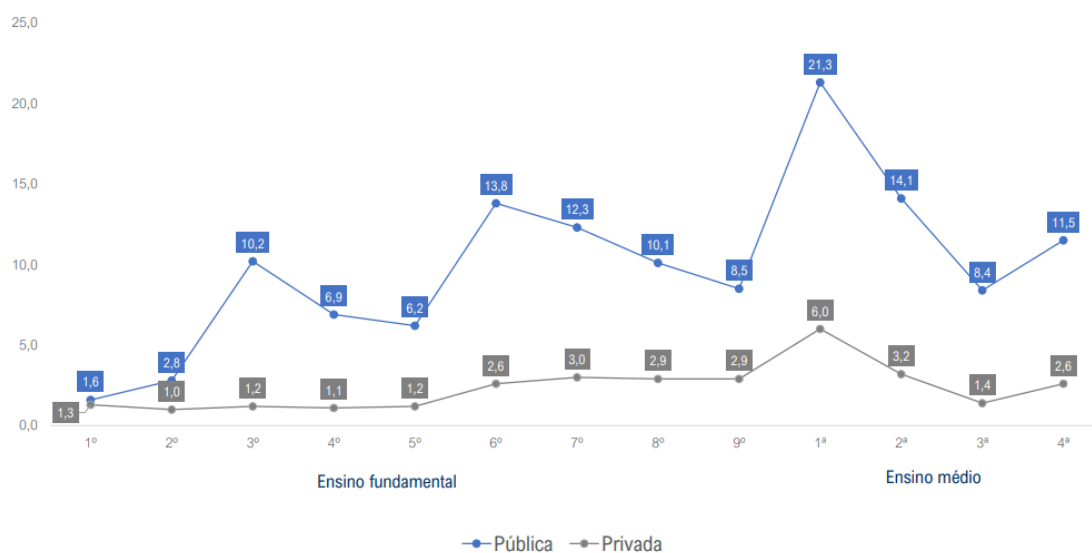
FONTE: IDEB - Resultados e Metas

Os dados referentes à alfabetização, não possuíam uma sistematização e organização, como os apresentados no Censo da Educação Básica, acima utilizados. No portal do governo, onde há disponibilização das pesquisas realizadas pelo INEP, só foi possível a análise da apresentação coletiva, uma vez que esta era a única possuía uma estrutura organizacional que se assemelhava ao Censo, apresentando a forma da coleta de dados, como foi realizada a organização dos dados coletados, organização de tabelas e gráficos, com unidades de grandezas definidas. Os demais dados dos resultados de Boletim da Escola | Saeb 2019, Microdados | Saeb 2019, Painel Educacional Estadual e Municipal, Planilhas de Resultados (Brasil, estados e municípios) | Saeb 2019, que apresentariam maior relevância para a construção dessa análise, são apresentados em formato de Excel, sem contextualização sobre a forma da organização dos dados e sua

análise, muito menos qual grandeza está sendo utilizada em cada coluna e linha apresentada.

Dessa forma o único gráfico legível e que apresenta dados relacionado a alfabetização é o Gráfico 1, que aparece no documento de Apresentação da Coletiva de Imprensa | Saeb e Ideb 2019. Neste gráfico podemos observar que o primeiro ano do ensino médio é a serie que possui maior taxa de reprovações e abandono escolar.

FIGURA 4: Taxa de insucesso por serie/ano no ensino fundamental e médio
Gráfico 1. Taxa de insucesso (Reprovação+Abandono) por série/ano nos ensinos fundamental e médio por rede de ensino - Brasil 2019



FONTE: Apresentação da Coletiva de Imprensa | Saeb e Ideb 2019

Nesse contexto, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) é constantemente utilizado pelo presidente da república, para criticar o desempenho educacional do Brasil⁸. Esse programa avaliativo tem como método um estudo comparativo entre os países que participam, ocorrendo a cada três anos.

Como apresenta Fontanivea *et al.* (2021) o Pisa é aplicado a alunos de 15 a 16 anos, que estejam matriculados em series a partir do 7º ano do Ensino Fundamental. É importante ressaltarmos esse fato uma vez as repetências não são consideradas nessa forma de avaliação. O autor ainda aponta que é constantemente divulgado o resultado

⁸ Esse discurso é veiculado em vídeos de seu encontro com apoiadores próximo ao palácio do planalto, e possuem repercussão na tv aberta e em sites de notícias como Veja. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-militantes-politicos-pioram-ranking-da-educacao/> . acesso em :12 maio 2021.

insatisfatório nas áreas avaliadas, sem o cuidado de levar em conta o nível de distorção serie-idade, as desigualdades socioeconômicas e culturais do país.

Segundo o portal do governo as áreas avaliadas são o letramento em leitura, letramento matemático e letramento científico, a cada ciclo do Pisa uma área é definida como principal e ela ocupa metade de tempo total do teste. Cada área possui uma matriz de referência que definira os pontos a serem avaliados. A matriz para o teste que ocorrerá em 2022 já foi lançada em 2019 e terá como foco a Matemática.

Fontanivea *et al* (2021) aponta que esse modelo internacional não será uma avaliação eficiente para todo e qualquer país. Uma vez que esse teste utiliza parâmetros de teoria de resposta ao item (TRI), junto com as matrizes de referências analisando assim a proficiência alcançada. Outro ponto que afeta a situação do Brasil nesse teste é que a partir de 2019 as provas começaram a ser aplicadas por meio digital, utilizando assim computadores.

4) PROGRAMAS E AÇÕES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO GOVERNO JAIR BOLSONARO: CIDADÃO EMPREENDEDOR, DISCIPLINADO E OBEDIENTE

Neste capítulo, busca-se apresentar e analisar os programas e ações mais significativos do Governo de Jair Bolsonaro no âmbito da Educação Básica no período 2019 e 2020. Na pesquisa inicial, realizada por meio do portal do MEC, na aba/secção de secretarias, encontram-se diversas secretarias específicas e diferentes áreas relacionadas com o desenvolvimento da educação no país. Todavia, o foco de interesse deste projeto consistiu na análise dos programas da Secretaria de Educação Básica (SEB). Objetou-se, assim, analisar os documentos e possíveis indicadores apresentados pelas secretarias do MEC, de modo a compreender como eles corroboram ou configuram uma ideologia neoliberal e conservadora, visando atender aos interesses de uma parcela restrita da população, sobretudo aquela que integra a classe dominante no Brasil e que propaga a ideologia neoliberal e conservadora.

Na secção/aba da Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) é possível acessar todos os programas e ações propostos e em desenvolvimento, tanto os iniciados em governos anteriores, bem como os novos que foram propostos pelo governo de Jair Bolsonaro a partir de 2019.

Contudo, deve-se atenção à criação da Secretaria de Alfabetização (Sealf), onde segundo o portal “é responsável por planejar, orientar e coordenar a implementação de políticas para a alfabetização de crianças, jovens e adultos”. (BRASIL. MEC, 2020)

Na apresentação das 35 metas dos 100 primeiros dias de governo no campo da educação é apresentado apenas o seguinte texto “Lançamento do Alfabetização Acima de Tudo, programa com métodos científicos para redução do analfabetismo⁹.” (BRASIL, 2019). Ou seja, supõe-se que está seria a principal proposta voltada a educação do governo. Entretanto essa proposta não fica sob responsabilidade da Sealf e o desenvolvimento dessa proposta só ganha materialidade no ano de 2020 e de 2021.

Deste modo a partir da análise dos programas e ações, bem como dos documentos orientadores das ações do governo durante o ano de 2019 e 2020 no âmbito educacional houve uma concentração na formação do cidadão empreendedor, disciplinado e obediente. Os principais programas desenvolvidos são: Programa Nacional das Escolas Cívico Militares (Pecim) e a educação domiciliar.

⁹ Esse texto é apresentado no site oficial do planalto.

Houve a criação de uma subsecretaria exclusiva para o fomento do PECIM e a educação domiciliar, que apesar de não se tratar de um programa, é um tópico de disputas e já possui alguns projetos de Lei no Congresso Nacional que buscam sua autorização e legalização.

Durante o desenvolvimento do trabalho outros programas que fugiram do recorte temático da pesquisa, mas que se relacionavam com a Educação básica surgiram entre eles estão programas que não são da Secretaria de Educação básica e outros que não possuíam material para análise. Entre eles estão os programas Tempo para aprender, Conta pra mim, Ciência na Escola e Trabalho em Rede para Articulação de Sistemas e Políticas Educacionais. Dessa forma estes programas são citados ao longo da pesquisa, mesmo que não possuam análises profundas sobre eles.

4.1 EDUCAÇÃO DOMICILIAR E ESCOLAS CÍVICO-MILITARES.

Durante a apresentação do documento das metas para os primeiros 100 dias do governo, chama a atenção a presença da educação domiciliar (*Homeschooling*), entre as 35 metas. Com isso podemos observar o nível de importância desta pauta para o atual governo. A justificativa apresentada é regulamentação da educação domiciliar, uma vez que esta já foi reconhecida pelo STF e que atualmente 31 mil famílias estão em situação irregular neste tipo de ensino, conforme divulgado no site Agência Brasil.

A educação domiciliar como seu próprio nome já apresenta, deveria ser uma pauta de competência do MEC, uma vez que envolve a educação que é dever do Estado garantido pela Constituição Federal. Contudo ela está sobre a competência do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Para auxiliar a análise da educação domiciliar, Porto e Mutim (2020) examinaram como as políticas conservadoras na Educação Básica propõem, apoiam e incentivam a regulamentação do ensino domiciliar e suas reverberações sociais.

Outro ponto levantado por Porto e Mutim (2020) é o interesse do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, na elaboração e na defesa substancial de um projeto de lei que está totalmente relacionado à educação.

O interesse da elaboração do PL da ED não pode ser tratado como uma questão única, exclusivamente de direitos humanos ou da família, pois produzir formação nos indivíduos do Brasil é a pedra fundamental da educação, portanto do MEC. Logo, a construção de um PL em educação precisa ser ação do órgão público institucionalmente competente para fazê-lo, pois requer, acima de tudo, conhecimento técnico em educação e em gestão educacional.

A raiz desse problema, a nosso ver, está ligada à necessidade de controle por parte do governo, de ter nas mãos a condução da situação, garantir, assim, que a essência do projeto neoconservador para a educação não seja sabotada, não seja usurpada (PORTO; MUTIM, 2020, p.7)

Como é aceitável e encorajado que ministérios invadam o campo de atuação um do outro? Como uma pauta explicitamente educacional é coordenada por um ministério que não possui competência técnica para lidar com essa situação? Contudo, essas não são as únicas situações inesperadas; um ponto importante que pode nos ajudar a pensar a finalidade e as pautas do MEC é a constante troca de ministros, três ao longo de 2019 a 2020. Algo que ocorreu também no ministério da saúde, devido a pandemia provocada pelo SARS-Cov 2, já com quatro ministros em dois anos.

As constantes mudanças no MEC podem ser uma hipótese de resposta a essas perguntas efetuadas acima, uma vez que a pauta da educação domiciliar é apresentada como uma das metas prioritárias do governo, sendo incluída até nas ações principais nos 100 dias de governo

Como aponta Marinho (2020), o primeiro-ministro da educação anunciado pelo governo foi Ricardo Vélez Rodrigues, indicado por Olavo de Carvalho¹⁰, que teve posicionamentos polêmicos, como filmagem de alunos cantando hino e leitura da carta com o slogan da campanha presidencial, movimentação que ocorria em governo de regimes fascistas. Com essa exaltação ao nacionalismo e a prática de vigilância da população sobre a população. Marilena Chauí (2019) em uma coluna ao blog viomundo aponta, que é perceptível diversos elementos próprios a governos fascistas no atual governo.

Contudo é importante ressaltar que Chauí (2019) não considera apropriada a utilização do termo fascista, dessa forma fechada e acabada, uma vez que esse termo possui também outras características que o define, as quais o atual governo não se enquadra. Isso, porém, não torna ele mais amigável ou menos *totalitário*, termo que segundo ela melhor definiria nosso governo.

Além disso, o ministro da educação possuía a proposta de uma mudança nos livros didáticos referente a ditadura militar, uma vez que ele, diferente do que pesquisas e

¹⁰ Olavo de Carvalho se autointitula filósofo, e ministra cursos online, mesmo que não possua graduação, e grande parte de seu trabalho consiste em desqualificar a academia. Em suas publicações em redes sociais é comum que apresente teorias conspiratórias, que mesmo comprovadamente não existam, ganha grande apelo da nova direita brasileira. Com a eleição de Bolsonaro, ele se torna o guru intelectual do mesmo, possuindo um grande poder decisório no governo, chegando a indicar nomeações de ministros como o de Ricardo Vélez, como já apresentado e de Ernesto Araújo como ministro de relações exteriores (COLETTA, 2018)

documentos apontam, acreditava que o golpe militar de 1964, não se tratava de um golpe e que esse “não golpe” ou “revolução” não foi sucedida de uma ditadura. Um pensamento negacionista que vê esse período com um saudosismo dessa era ouro.

O sucessor de Vélez foi Abram Weitraub, que permaneceu na pasta pelo período de abril de 2019 a junho de 2020, que também apresentava posicionamentos e falas polêmicas, uma vez chegando a dizer que os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) deveriam ser presos: “Eu percebo que tem muita gente com agenda própria. Por mim botava esses vagabundos todos na cadeia, começando no STF”¹¹. O ministro anunciado para a pasta após a saída de Weitraub foi Carlos Alberto Decotelli, que antes mesmo de realizar a cerimônia de posse pediu demissão devido a um escândalo referente a informações falsas em seu currículo. Chegando, assim, no atual ministro da educação Milton Ribeiro, pastor evangélico presbiteriano.

Como apresentado por Cecchetti e Tedesco (2020) o movimento que sustenta o governo Jair Bolsonaro é encabeçado por grupos religiosos e fundamentalistas, além dos militares, colocando em risco o Estado laico e sua obrigação na oferta de uma educação pública.

[...]a defesa da educação domiciliar no Brasil está enraizada em valores religiosos fundamentalistas, apoiada e fortalecida por partidos, instituições e líderes religiosos alinhados ao movimento neoconservador que se propaga na atualidade em escala internacional; e que uma possível regulamentação do ensino domiciliar colocará em xeque o direito público subjetivo à Educação Básica, direito este assegurado após décadas de luta coletiva por uma escola gratuita, obrigatória, igualitária, inclusiva e laica. (CECCHETTI; TEDESCO, 2020, p.13)

O ministério da Mulher, família e direitos humanos é comandado por Damares Alves, uma figura emblemática socialmente, uma pastora, defensora da família tradicional e dos valores cristãos e morais, que para uma parcela populacional parecem ser sinônimo. Em seu discurso de posse, em 02/01/2019, a ministra apresentou seus posicionamentos ideológicos chegando a afirmar com veemência que “ninguém vai nos impedir de chamar nossas meninas de princesas e meninos e de príncipes” e que “um dos desafios desse atual governo é acabar com o abuso da doutrinação ideológica”. Para além de seu discurso de posse, um vídeo divulgado no dia seguinte mostra a então ministra cercada de pessoas e comemorando de forma exultante verbalizando “é uma nova era no

¹¹ Essa fala ocorreu em uma reunião oficial do governo, que teve sua filmagem posteriormente divulgada na internet. Para análise e realização do trabalho, essa fala foi resgatada no portal de notícias CNN. Que também realizou uma sistematização dos ministros que passaram pelo MEC, durante o período da realização do trabalho.

Brasil, meninos veste azul e menina veste rosa”. Ao observarmos essa situação é possível realizarmos suposições do motivo pelo qual o ministério responsável pela pauta da educação domiciliar é o ministério da mulher, família e direitos humanos.

Observa-se nesse contexto a necessidade para atender as demandas das garantias das liberdades individuais dos cidadãos, e a segurança da não distinção de tratamento pelas suas crenças, de modo a garantir um Estado imparcial que cuidaria dos interesses públicos (CECCHETTI; TEDESCO, 2020). Contudo, é perceptível que a situação política no Brasil se encontra em um momento distinto do ideal, sobretudo em termos de garantia de um Estado laico. Neste cenário, é necessário que aqueles que operam e contribuem para que a máquina pública funcione “[...]orientem seu trabalho para além da visão individual de mundo que compartilham [...]” (CECCHETTI; TEDESCO, 2020, p.7). É preciso garantir a soberania do interesse público sobre os interesses de um indivíduo ou até mesmo um grupo de indivíduos, contudo não é isso que observamos em discursos como o da Ministra Damares.

Não obstante, para os autores, ao observarmos as associações e as situações políticas que vivenciamos é possível notar uma ação organizada de determinados grupos, para a eleição de representantes nos mais diversos níveis do poder público que defendam suas pautas individuais em sobreposição aos interesses comuns. Apresentando assim uma evidente apropriação da esfera pública, pelo espaço privado (CECCHETTI; TEDESCO, 2020), como é acontece na educação domiciliar.

Essa situação é perceptível ao acompanharmos debates na Câmara dos Deputados ou Senado Federal, bem como Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. Uma ilustração é a votação na Câmara dos Deputados em 17/04/2016, visando o pedido de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, onde muitos deputados que votaram a favor do *impeachment* utilizaram do momento dos seus votos para verbalizar aspectos pessoais de defesa da moral e dos costumes, bem como para se contrapor à suposta ideologia comunista.

Como o deputado Hiran Gonçalves (PP) ao saudar sua família e até mesmo o grupo maçom¹²; o deputado conhecido como delegado Waldir (PR-GO) “[...] pelo meu país, por Deus, por minha família, pelas pessoas de bem. O meu voto é sim! Fora Dilma, Fora Lula, fora PT!”.(grifo nosso); o deputado Sérgio Moraes(PTB) ao desejar feliz aniversário a sua neta ao fim de seu voto “Feliz aniversário, Ana , minha neta”; o deputado

¹² “Pela minha família, pelos que fizeram chegar até aqui, [...], pelos maçons do Brasil e pelo bem do povo brasileiro” (grifo nosso)

Ronaldo Nogueira (PTB), “Pelos fundamentos do cristianismo, em defesa dos princípios da administração pública, porque ninguém está acima da lei” (grifo nosso) e uma das principais vozes frente a bancada evangélica o deputado Marco Feliciano “Com ajuda de Deus, pela minha família e pelo povo brasileiro, pelos evangélicos da nação toda (...) e dizendo tchau ao PT, partido das trevas, eu voto sim!. Contudo entre todos os votos, o mais significativo é o do atual presidente que na época era deputado,

Nesse dia de glória para o povo tem um homem que entrará para a história. Parabéns pelo presidente Eduardo Cunha. Perderam em 64 perderam agora em 2016. Pela família e inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade o Foro de São Paulo e pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ulstra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim. (BOLSONARO,2016¹³)

Porto e Mutim (2020) contribuem com esse pensamento ao apresentarem que a Educação Domiciliar está atrelada a um outro programa chamado Programa Escola sem Partido, e que ambos são pautas amplamente defendidas pela “bancada cristã”. Ambos os programas ganham um discurso sobre a defesa da família.

A ação de proteger a família é um símbolo significativo da investida neoconservadora brasileira atuante em eliminar programas de governo de cunho considerado feminista, em favor de direitos dos homossexuais e contra a interferência do Estado no domínio familiar. Logo, reivindicam-se medidas relativas à educação, a exemplo: o *Homeschooling* e a proibição de materiais contrários a diferenças naturais entre os sexos. Despendem-se expressivos esforços políticos na educação e acredita-se que a dominação da educação e a formação dos indivíduos fortalece o restabelecimento do controle local, parental e religioso. Os neoconservadores defendem o prevailecimento de privilégios familiares e ideológicos sobre as atribuições estatais. (PORTO; MUTIM, 2020, p.8)

Partindo, então, dessa perspectiva neoliberal e neoconservadora, as famílias acreditam que possuem o direito de escolherem como, o que e quando querem que seus filhos aprendam, exercendo assim um controle completo sobre outro indivíduo. Nessas famílias o filho ou filha é visto como propriedade dos pais. Não como um indivíduo próprio, em formação e futuro cidadão, os pais possuem a posse de seu filho, logo definem tudo que é permitido e proibido para ele. Quase uma espécie de cárcere/sequestro/prisão do indivíduo diante do mundo. Como argumentam Cecchetti e Tedesco (2020),

¹³ Transcrição do discurso de Jair Messias Bolsonaro durante a votação sobre o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V-u2jD7W3yU&t=14384s>

[...] as famílias não possuem o direito soberano seja para educar exclusivamente seus filhos em casa, seja para ditar às instituições escolares o que eles devem ou não aprender. Se essas interferências forem permitidas, coloca-se em perigo a realização de uma das finalidades mais importantes da Educação Básica: a aprendizagem da tolerância e da convivência entre os diferentes. (CECCHETTI; TEDESCO, 2020, p.7)

A educação domiciliar é tão importante para essas famílias para construção e manutenção de filhos, esposas, maridos, fiéis, cidadãos, todos eles obedientes a alguma força maior, não permitindo assim questionamentos, opiniões próprias e fugas dos ensinamentos morais. Sem conflitos e sem contato com o diferente, pois o diferente se torna estranho, no sentido pejorativo do termo, se torna inferior e errado. Foge-se assim, completamente da função da Educação Básica nos termos da CF/1988 e da LDB/1996.

Já o Programa Nacional das Escolas Cívico Militares (Pecim), foi instituído pelo decreto nº 10.004, de 05 de setembro de 2019, e possui uma subsecretaria exclusiva para o seu fomento, como apresentado anteriormente.

FIGURA 5: Site da Escola Cívico-Militar



FONTE: Site da Escola cívico militar <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>

O modelo de escola cívico-militares está em fase de implementação, logo possuem uma rasa produção acadêmica sobre ele. Deste modo é importante ressaltarmos como surge o projeto dessa escola cívico militar, que se baseia nos modelos de escolas militarizadas já existentes em todo Brasil, e que essas já possuem uma abundante produção acadêmica.

A relação entre escolas e militares não é uma surpresa do governo Bolsonaro, pois durante sua campanha anunciava sua intenção de aumentar o número de escolas sob a gestão dos militares no país. Contudo, como aponta Mendonça (2019), durante sua

campanha ao afirmar que iria criar um Colégio Militar em cada capital até o ano de 2020, porém não especifica o modelo de colégio. Seriam os colégios militares de formação de militares que são de responsabilidade da União ou as escolas públicas estaduais que são militarizadas.

Mendonça (2019) caracteriza que esses Colégio Militares foram criados para atender uma demanda de formação de militares, a especificidade dessa formação é inclusive amparada pela LDB, se diferenciando do ensino regular aos civis, possuindo, porém, equivalência. “Art. 83. O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.” (Brasil, 1996). Esses colégios foram criados no período imperial por Dom Pedro II, e continuam sendo de responsabilidade do governo Federal.

Esse modelo de escola abrange um número ínfimo de alunos, como apresenta o autor ao analisar dados divulgados sobre esse modelo em 2018. Ele pôde concluir que “[...]as escolas militares em funcionamento atendiam 12.561 estudantes, sendo 81% deles dependentes de militares. O total de alunos não chegava a 0,07% do total de 17,1 milhões de estudantes de instituições públicas nos mesmos anos escolares.” (MENDONÇA, 2019, p.623).

Já as escolas militarizadas, são escolas que estão sob responsabilidade do governo estadual e que tem como objetivo a formação de civis, como aponta a LDB no inciso VI do artigo 10 é dever do governo estadual “assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei.” (BRASIL,1996)

Alves, Toschi e Ferreira (2018) apresentam que a militarização das escolas públicas ocorre com escolas em pleno funcionamento que são entregues a órgãos de segurança pública como Polícia militar e Corpo de Bombeiros Militar. Ou seja, não há criação de uma nova escola, contudo é utilizado esse termo de forma ampliada, para se referir à escola que foi militarizada, passando assim uma ideia da construção de uma nova escola e não do que acontece de fato. A mudança na gestão de uma escola já existente e frequentada por civis.

Como as autoras apontam, Goiás é um dos estados que possuem maior quantidade de escolas militarizadas do País, todas ocorreram no período em que Marconi Perillo era governador do estado, algumas escolas foram militarizadas como resposta do governador aos professores que estabeleciam greve e críticas constantes ao seu governo, “[...]o governador anunciou novos colégios militares como “castigo” aos “professores

baderneiros”, o que também promoveu uma mudança na narrativa.”(ALVES, TOSCHI, FERREIRA,2018, p.276)

A mudança na narrativa é apontada uma vez que inicialmente os argumentos utilizados para a expansão de escolas militarizada se apresentam da seguinte forma:

1) são escolas de qualidade, apesar de não explicitar que qualidade é essa, nem quais meios são utilizados para alcançá-la; 2) reforça que estas escolas ensinam valores de disciplina e ordem; 3) as escolas são apresentadas como medida de segurança preventiva contra a violência que impera na sociedade; 4) a juventude não tem limites e, por isso, o “seu extravio para as hordas do crime”, o que determina a necessidade dos colégios da PM; 5) a população reclama essa escola, inclusive realizando abaixo-assinados que peticionam esse modelo de colégio. (ALVES, TOSCHI, FERREIRA,2018, p.276).

Os argumentos utilizados já associam a juventude uma predisposição a criminalidade, já que essa é facilmente extraviada para as “hordas do crime”, logo qual escola seria melhor para lidar com esse público do que uma gestada por militares, afinal eles possuem treinamento para lidarem com criminosos. Essa lógica cruel de raciocínio vai contra os princípios e fins da educação apresentados nos artigos 2º e 3º da LDB

Art. 2º- A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 - III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
 - IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
 - V - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 - VI - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 - VII - valorização do profissional da educação escolar;
 - VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
 - IX - Garantia de padrão de qualidade;
 - X - Valorização da experiência extraescolar;
 - XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
 - XII - consideração com a diversidade étnico-racial.
 - XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.
- (BRASIL,1996, grifo nosso)

Os modelos de Escolas militarizadas e agora escolas cívico-militares, conflitam com pontos fundamentais da LDB. Como é possível garantir a liberdade humana, e divulgar ideais de solidariedade em um ambiente que mais se parece um quartel? Como garantir a gratuidade, o acesso e permanência dos estudantes se esses modelos de escolas possuem cobranças de taxas, e exigem tipos de uniformes caros e ainda podem expulsar

alunos que “não se adequem” ao colégio (ALVES, TOSCHI, FERREIRA, 2018). Com a expulsão de um aluno, como seria possível atingir o seu desenvolvimento humano e o exercício de sua cidadania?

Poderíamos dizer que a criação e expansão dos colégios aposta na possibilidade formativa de uma pequena parcela da população, com Indicador Sócio Econômico (INSE) mais alto, que teria acesso a estas escolas e nelas poderia permanecer. Essa política é excludente e não se propõe a garantir o direito à educação para todos os goianos. (ALVES, TOSCHI, FERREIRA, 2018, p.276)

Como já apresentado, é dito que a população pede esse modelo educacional. Contudo é importante ressaltar que esse modelo é apresentado como a solução de seus problemas e o fim dos medos relacionados à escola pública, como a violência, falta de qualidade no ensino ministrado e falta de respeito.

Argumentos esses que foram utilizados pelo presidente da República, que chegou a afirmar que não deveria haver consulta a população sobre o modelo de escolas cívico-militares proposto, silenciando assim a parcela da população que pode se manifestar contra esse modelo escolar. Como aponta Amaral (2019) *apud* Mendonça (2019) ao transcrever as palavras do presidente.

Me desculpa, não tem que aceitar não. Tem que impor. Se aquela garotada não sabe na prova do PISA regra de três simples, interpretar texto, não responde pergunta básica de ciência, me desculpa, não tem que perguntar ao pai e responsável nessa questão se quer escola com uma, de certa forma, militarização. Tem que impor, tem que mudar (AMARAL, 2019 *apud* MENDONÇA, 2019, p.624)

Nessa fala, as instituições de ensino são colocadas como um fracasso por consequência de uma sociedade igualitária em demasiada, uma sociedade com “democracia demais”. (APPLE, 2003)

Há também situações de resistências, como ocorreu em Goiás, com a militarização do Colégio Waldemar Mundim na capital, Goiânia, em que pais e professores se manifestaram de maneira contrária a militarização deste colégio, mas que tiveram seus apelos ignorados e o colégio segue hoje militarizado. (ALVES, TOSCHI, FERREIRA, 2018). A resistência não barrou a militarização da escola, porém ela foi uma movimentação importante naquele contexto.

É importante ressaltar que a fala do presidente confronta um inciso do próprio decreto assinado pelo mesmo, como aponta Mendonça (2019), uma vez que no

documento é apresentado que será de responsabilidade dos entes federados realizar consultas a população sobre o modelo cívico militar a ser implantado. Inciso IX do artigo 10 “apoiar a realização de consulta pública formal e de caráter vinculante à comunidade escolar com o objetivo de aprovar o modelo de Ecim a ser implementado.” (BRASIL, 2019). Logo é contraditório que o presidente apresente uma postura contrária ao texto do próprio decreto assinado. Observamos assim na figura do presidente um populismo autoritário (APPLE, 2003), em que o importante é um discurso autoritário e de impacto sobre o resgate da valiosa educação e cultura perdida.

Dessa forma, esses projetos educacionais apresentam pontos consistentes com grupos neoconservadores, religiosos populistas e autoritários que defendem que “[...]somentemente recolocando no centro do palco as questões de autoridade, moralidade, família, igreja e ‘decência’ é que as escolas podem superar a ‘decadência moral’ tão evidente à nossa volta.” (APPLE, 2003, p.68). A educação domiciliar responde de maneira ímpar a volta da moral, família, igreja e decência, e a escola cívico militar é a solução perfeita para o retorno do respeito à autoridade.

Alves, Toschi e Ferreira (2018) apontam que a garantia ao direito à educação só poderá ocorrer de fato se o Estado cumprir seu dever constitucional, e não jogando este dever para outras instituições, como no caso as instituições militares, do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar.

4.2 ALFABETIZAÇÃO E A EDUCAÇÃO BÁSICA

A preocupação com a alfabetização é retratada no documento de metas dos 100 primeiros dias de governo, apresentado pelo site do planalto, com o nome “Alfabetização acima de tudo”, como já mencionado é descrito como um programa que visava a redução do analfabetismo e que apesar de ser a única proposta na seção de educação do documento. Só ganha materialidade em 2020 e 2021, ultrapassando assim o período de 100 dias. O nome apresentado nesse documento possui forte semelhança com o slogan do programa de campanha, “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos”. Esse título só é utilizado nesse documento, não aparecendo nos programas e ações da SEB ou da Sealf, no site oficial do MEC.

A criação de uma secretaria exclusiva para a alfabetização poderia sugerir uma possível prioridade do tema para o governo ou apenas uma oportunidade da realização de alterações políticas sem muitas resistências. Uma vez que retira da SEB a competência de decidir sobre o rumo da alfabetização nacional, parece no mínimo suspeito.

Em abril de 2019 foi instituído o Decreto nº 9.765 que institui a Política Nacional de Alfabetização (PNA), esse decreto dá ênfase à alfabetização através do método fonético. Como podemos ver no inciso IV do artigo 3º

Ênfase no ensino de seis componentes essenciais para a alfabetização:

- a) consciência fonêmica;
- b) instrução fônica sistemática;
- c) fluência em leitura oral;
- d) desenvolvimento de vocabulário;
- e) compreensão de textos; e
- f) produção de escrita (BRASIL,2019)

Como podemos observar no decreto a preferência pelo método fonético, para a política de alfabetização nacional. Como aponta Ferreira (2021) o que é preocupante uma vez que não há um consenso sobre uma metodologia de forma específica que seja melhor ou pior, as disputas em volta da melhor forma de alfabetização já foram superadas, uma vez que é necessário levar em consideração a complexidade do processo de aprender a ler e escrever.

Ferreira (2021) apresenta em uma reportagem que o secretário da Sealf, possui posicionamentos e ideológicas preocupantes para a educação nacional.

O Secretário de Alfabetização, Carlos Nadalim, que está no MEC desde o início do governo Bolsonaro, faz parte da ala ideológica, sendo um dos discípulos de Olavo de Carvalho que assumiram praticamente todas as diretorias e secretarias no Ministério. É também defensor da escolarização domiciliar, das escolas cívico-militares e crítico feroz de Paulo Freire e Magda Soares. E como não poderia ser diferente, o Secretário de Alfabetização não tem nenhuma publicação na área, não tem produção científica e não participa de nenhum fórum de pesquisa. Sua experiência em educação decorre do fato de ter sido coordenador pedagógico de uma escola particular, fundada por sua mãe, em Londrina, onde diz ter desenvolvido um método de alfabetização baseado no método fônico. (FERREIRA, 2021)

O Decreto nº 9.765 ressalta constantemente em diversos artigos e incisos que toda a Política Nacional será fundamentada em evidências científicas. Contudo o próprio ministro da secretaria responsável pela alfabetização não possui produções científicas sobre o tema e é crítico de teóricos consagrados na discussão de alfabetização como Paulo Freire e Magda Soares.

Belintane (2006) aponta que muitas das pesquisas sobre o método fonético são importadas de países que possuem uma origem linguística diferente da brasileira, sendo assim necessário maior atenção para essa situação. Uma vez que as necessidades educacionais de cada país e de seus estudantes são específicas.

Nesse sentido, a recente crítica feita por Ouzoulias (2006) sobre o perigo da importação das pesquisas anglo-saxônicas para a França pode, com muito mais razão, ser aplicada ao Brasil: país complexo, cuja língua, o português do Brasil, possui um sistema fonético-fonológico muito diferente do inglês — se o aluno inglês ou americano experimenta imensas dificuldades em correlacionar grafemas a fonemas (ou fones) e, por isso, necessita de treinos sistemáticos em fônica, o aluno brasileiro parece se dar bem com atividades que colocam a dinâmica fonético-fonológica da língua em jogo a partir do uso de textos integrais de sua cultura, sobretudo aqueles gêneros que parecem ter sido especialmente preparados pela cultura para que a criança possa brincar com a desmontagem de palavras. As fórmulas de escolha, o jogo do revestrés, a língua do Pê, os trava-línguas, as mnemonias e tantos outros gêneros lúdicos presentes na diversidade cultural brasileira já trazem em si os elementos essenciais de uma escrita (BELITANE,2006, p.273-274)

Na Sealf foram apresentados o programa Tempo de Aprender e o Programa Conta Para Mim, contudo eles não compõem objeto de pesquisa, uma vez que não são projetos da SEB, são projetos voltados para a formação de professores e interação entre famílias e escolas. Esses programas possuem material rico para análise, e de forma isolada ou conjunta poderiam constituir uma pesquisa à parte.

O programa tempo de aprender é o que coloca em ação as propostas do Decreto nº 9.765, ele é criado através da Portaria nº 280, de 19 de fevereiro de 2020.

FIGURA 6: Site do programa Tempo de Aprender



Fonte: Site Programa tempo de aprender. <http://alfabetizacao.mec.gov.br/tempo-de-aprender>

No site do programa é apresentado com o seguinte texto:

Tempo de Aprender é um programa de alfabetização abrangente, cujo propósito é enfrentar as principais causas das deficiências da alfabetização no país. Entre elas, destacam-se: déficit na formação pedagógica e gerencial de docentes e gestores; falta de materiais e de recursos estruturados para alunos e

professores; deficiências no acompanhamento da evolução dos alunos; e baixo incentivo ao desempenho de professores alfabetizadores e de gestores educacionais.

Com o objetivo de melhorar a qualidade da alfabetização, o programa Tempo de Aprender propõe ações estruturadas em quatro eixos:

Eixo 1: Formação continuada de profissionais da alfabetização

Eixo 2: Apoio pedagógico para a alfabetização

Eixo 3: Aprimoramento das avaliações da alfabetização

Eixo 4: Valorização dos profissionais de alfabetização

O Tempo de Aprender é um programa construído com muito diálogo. O MEC travou intensos debates com acadêmicos, atores internacionais da educação, secretários municipais e estaduais, professores, diretores, coordenadores pedagógicos, membros do terceiro setor e da sociedade civil.

Além disso, é um programa construído a muitas mãos. O Ministério da Educação agradece a todos os parceiros institucionais envolvidos neste projeto. (MEC, 2020)

Logo abaixo desse texto podemos visualizar os parceiros em sua construção, como a Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal de Goiás, Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), INEP, Escola Nacional de Administração Pública, Universidade do Porto e Instituto Politécnico do Porto.

No site do programa não é mencionada nenhuma ação com a intenção de diminuir ou descobrir as causas relacionadas ao grande nível de abandono escolar e repetências que ocorrem. Sua proposta conta com a formação de professores de maneira isolada, e propõe que assim é possível conseguirmos uma melhora na alfabetização infantil.

É importante ressaltarmos que no PNA há um destaque da alfabetização por métodos fonéticos, esse método não é citado nas páginas iniciais do programa. Contudo com o início do curso de formação existe a possibilidade que haja um foco nessa perspectiva se obedecer ao posicionamento do PNA.

Já o programa Conta pra mim, é criado pela Portaria nº 421, de 23 de abril de 2020, e tem como objetivo divulgar e tornar acessível a prática literária principalmente nas famílias com crianças na primeira infância.

Figura 7: Site Programa Conta pra mim



Fonte: Conta pra mim. <http://alfabetizacao.mec.gov.br/contapramim>

O foco do programa aparentemente é a oferta de obras literárias para as famílias e consequentemente as crianças, como um manual de sugestões de livros. Não possuindo assim uma proposta inovadora, mas que busca oferecer acesso de forma fácil as famílias com crianças pequenas de forma prioritária.

Dentro do site possui uma seção para professores e gestores, contudo ao clicar na mesma, somos redirecionados a uma seção voltada ao do projeto Tempo de Aprender, onde é apresentado a possibilidade de conhecermos as ações do programa e os parceiros institucionais, que ao clicar é direcionado a página inicial do programa Tempo de aprender, a segunda opção é redirecionado a realização de um curso sobre alfabetização, e as duas últimas seções são reservadas para os secretários de educação que queiram aderir ao programa e aos estados e municípios que já realizaram a adesão ao programa.

Quando analisados superficialmente, os projetos possuem uma boa estrutura, e apresentam um alinhamento nas propostas entre eles, buscando a formação continuada dos profissionais que atuam na etapa da alfabetização, participando com a oferta de ferramentas que auxiliem no processo de alfabetização. É apresentado de forma frequente a preocupação com a formação do apoio pedagógico para a alfabetização, aperfeiçoamento das avaliações da alfabetização e a valorização dos profissionais de alfabetização.

Como já apresentado ao longo desse trabalho, há uma divergência perceptível entre algumas propostas apresentadas e os discursos que são escolhidos. Há também propostas de projetos que são apresentados de uma maneira e se efetivam de outras maneiras que alteram os objetivos inicialmente indicados.

Não é por acaso que o amplo contexto do ensino da leitura acaba sendo tratado como contraposição entre métodos de alfabetização e que alguns políticos aceitam a polarização e acabam assumindo este ou aquele método como forma de fugir da complexidade e de ter em mãos uma solução rápida e barata para um problema antigo, que deveria ser tratado como prioridade, de forma sistêmica e não pontual. (BELINTANE, 2006, p.274)

Dessa forma é importante questionar se a utilização desses programas, buscam uma real transformação no sistema educacional, buscando resolver problemas desse campo de forma efetiva ou se trata apenas de uma solução rápida e sem efetivação a longo prazo.

4.3 EDUCAÇÃO BÁSICA E A CIÊNCIA

O último programa criado e já implantado no governo Bolsonaro relacionado a educação é o Ciência na Escola, que aparece na meta de prioridades para os primeiros 100 dias do governo, no Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), e propõem uma interação entre as universidades e redes pública de ensino.

FIGURA 8: Site Programa Ciência na Escola



Fonte: Site programa ciência na Escola.
<https://www.cienciaaescola.gov.br/app/ciencianaescola/sobreoprograma>

No site em que o programa é apresentado, indica como objetivo o aperfeiçoamento do ensino de ciências na educação, através da parceria MCTIC, MEC, Capes e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Os seus objetivos específicos apresentados no site são

Aprimorar o ensino de ciências nas escolas de educação básica;
Promover o ensino por investigação voltado à solução de problemas;
Intensificar a qualificação de professores da educação básica para o ensino de ciências;
Estimular o interesse dos alunos da educação básica pelas carreiras científicas;
Identificar jovens talentos para as ciências;
Fomentar a implementação de soluções inovadoras que contribuam para aprimorar o ensino e o aprendizado de ciências;
Incentivar o uso de novas tecnologias educacionais e novos métodos de ensino de ciências;
Fortalecer a interação entre escolas de educação básica, instituições de ensino superior, espaços de ciência e outras instituições de ciência, tecnologia e inovação;
Democratizar o conhecimento e popularizar a ciência. (BRASIL, MCTIC, 2019)

A proposta para esse projeto é apresentada de forma interessante, contudo, ao observamos de uma forma crítica, é possível perceber incongruências. O projeto pretende incentivar e difundir o conhecimento científico, contudo desde 2019 é comum recebermos notícias relacionadas ao corte de gastos das Universidades Federais.

Esse corte sobre os valores repassados as universidades ocorreu após uma fala do na época ministro Educação, Abraham Weintraub, ao afirmar que seriam afetadas as universidades que estavam promovendo “balbúrdia” e chegou a mencionar a Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal da Bahia (UFBA). (UOL,2019)

Posteriormente, o tal corte orçamentário mencionado foi detalhado por Lima Júnior, na época secretário de Ensino Superior, que esclareceu se tratar de um bloqueio preventivo devido à situação crítica do país. (UOL,2019). Contudo, no segundo semestre desse mesmo ano Weintraub, apresenta um programa voltado ao ensino superior intitulado FUTURE-SE, onde o governo federal diminuiria os repasses financeiros e as Universidades Federais poderiam estabelecer relações com as iniciativas privadas, uma vez que esse é o caminho para o futuro das Universidades.

[...]a Ementa sugere medidas de indução para que os Institutos e Universidades Federais tornem-se instituições inovadoras, integradas ao mercado (capitalista dependente), aptas a estar inseridas no fluxo do tempo direcionado ao futuro, um futuro idealizado como positivo. Está subentendido que aquelas instituições que não aceitarem o programa Future-se estarão fadadas ao fracasso, pois perderão o bonde da história impulsionado pelo mercado. Na falta de diagnósticos sobre os entraves e alternativas possíveis, o discurso político dos dirigentes do MEC pretende se legitimar por meio do que julgam ser as experiências universitárias dos “países desenvolvidos”. (LEHER, 2019, p. 2)

Dessa forma, percebe-se que as ações do governo estão em direção contrária ao discurso de incentivo ao conhecimento científico. No Future-se, a pesquisa científica é reduzida a uma necessidade capitalista, não levando em conta que pesquisas científicas podem apontar direções contrárias a necessidade do mercado, o conhecimento científico se tornaria refém dele. Leher (2019, p.3) ainda aponta que...

Se, de fato, o objetivo fosse construtivo, o método seria outro. Elaborar um texto de má qualidade e, a seguir, abrir para consulta não permitiria sua correção e, desse modo, o PL não cumprirá, seguramente, um papel construtivo. O mais grave, conforme visto a seguir, é que o texto de fato não aborda de modo sistemático a problemática da pesquisa e desenvolvimento, muito menos, focaliza a grave crise de financiamento do sistema federal de educação, mas tenta empreender uma reforma universitária de cariz liberalizante, vis-à-vis ao modelo econômico em curso no país. (LEHER, 2019, p.3)

Outro ponto que apresenta um discurso que vai na contramão de pesquisas científicas, é a atual conjuntura do país frente a pandemia de covid-19, nos mostrou uma face negacionista explícita do presidente da República.

Chaib e Machado (2021) em uma reportagem a Folha de São Paulo, apontam que a equipe que está à frente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid já encontrou em um levantamento mais de 200 momentos, entre janeiro de 2020 a abril de 2021, em que o presidente critica o isolamento social, incentiva a população a participar de protestos em favor do seu governo, incentiva o uso da hidroxicloroquina como método eficiente para a prevenção e combate da Covid-19. Chegando inclusive a chamar a minimizar a pandemia chamando a de “gripezinha”

O Trabalho em Rede para Articulação de Sistemas e Políticas Educacionais, que foi instituída pela Portaria MEC nº 1.716, de 03 de outubro de 2019, que possui como objetivo contribuir, juntamente com o Plano Nacional de Educação (PNE), para

Fortalecer as atividades do Compromisso Nacional pela Educação Básica, de maneira a promover as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da educação básica, apontando prioridades, métodos, técnicas, público-alvo e estratégias, sendo instrumento de intercâmbio de informações e procedimentos para a defesa das políticas e diretrizes educacionais e para consolidação de uma agenda nacional de articulação entre os sistemas e políticas de educação básica. (BRASIL. MEC, s/d)

Esse programa aparece no portal do MEC como em fase de implementação e sem resultados, inviabilizando sua análise nesta pesquisa. De qualquer forma, observa-se a pouca colaboração ou integração entre a União, estados e municípios ao longo desses dois anos em termos de políticas, programas e ações educacionais.

5) CONSIDERAÇÕES FINAIS

As propostas educacionais do governo Bolsonaro nasceram de uma coalizão de forças que é inédita no Brasil; assim como nos mostra Apple (2003), no caso dos Estados Unidos, ela pode ser compreendida como uma “modernização conservadora”. Uma associação entre elementos neoliberais, neoconservadores, populistas autoritários e uma parcela significativa da “classe média”, que não se vê como proletária, uma vez que possui cargos de gerência e supervisão sobre outros trabalhadores. Estabelecendo assim distanciamento destes.

No Brasil, essa aliança se inicia com o golpe de 2016, com o apoio e pressão neoliberal frente ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016). Nesse mesmo momento, os grupos neoconservadores e religiosos fundamentalistas e autoritários também acusavam o governo do PT de corromper a sociedade e desviá-la de valores morais e cristãos.

Para os neoliberais a escola não prepara de maneira adequada as crianças para o mercado; já para os conservadores e religiosos autoritários, a escola está perdida por não possuir e propagar os seus valores cristãos. (APPLE,2003)

Bolsonaro é a figura que surge de maneira estratégica nesse momento, uma vez que sempre esteve presente na política brasileira, com seus comentários ácidos e utilizando de sua liberdade de expressão para destilar comentários ofensivos a grupos minoritários. Apple (2003) aponta que esses indivíduos, se acham altruístas por estarem dispostos a se sacrificarem em prol do acreditam que o seu Deus pede. Logo é impossível que realizem comentários de ódio, eles apenas apontam aos desviados, os seus pecados. Essa narrativa de sacrifício se torna ainda mais potente após o atentado de Bolsonaro enquanto ainda era candidato.

Dessa forma, a aliança entre esses grupos de direita e extrema-direita, são materializadas de maneira organizada, sob a campanha à presidência de Bolsonaro e posteriormente em seus dois primeiros anos de governo (2019-2020). Esses grupos requerem o direito de ditarem as novas regras, e revereram as antigas normas que foram reformadas. O campo educacional é um dos principais alvos desses grupos, uma vez que é nele que ocorre o desenvolvimento das crianças e conseqüentemente é campo estratégico de discussões, uma vez que deveria estar de acordo com a linha ideológica desses grupos. Para isso a intervenção na educação é urgente.

Os projetos educacionais desenvolvidos e priorizados no governo apresentam essa preocupação. As escolas cívico-militares apresentam uma contestação de configuração escola pública defendida na Constituição Federal e na LDB, onde é característica das escolas públicas a gestão democrática, a gratuidade e dever do Estado de garantir que as crianças permaneçam na escola. Com as cobranças de taxas “voluntárias” mensais, utilização de uniforme especiais (que são comumente chamados de fardas), obrigação de obedecerem às regras que dizem respeito ao corte e penteados de cabelos, utilização de acessórios e entre outras regras que se descumpridas os alunos e famílias recebem advertências e são solicitados a se enquadrarem às regras inscritas na hora da matrícula.

O ensino domiciliar, por sua vez, auxilia na desobrigação do Estado com a educação, uma vez que ele não poderá repassar valores essenciais na formação do cidadão, como a convivência com as diferenças e multiplicidades de existências possíveis no mundo. Os valores aprendidos por crianças em ensino domiciliar serão restritos aos valores religiosos e morais de sua família, como foi apresentado na pesquisa, uma vez que as famílias que buscam essa modalidade de ensino sem a escolas, são famílias religiosas. A crítica aqui não é a religião e sim a falta de pluralidade na formação desse indivíduo, que provavelmente vai crescer acreditando que o diferente é errado e o certo é o seu modo, a sua visão de mundo.

Os projetos relacionados com a alfabetização não tratam de forma clara e precisa exatamente o que será feito, onde é proposto apenas cursos de formação para professores. Se todos os problemas relacionados à alfabetização no Brasil se restringissem à formação dos professores, a solução para essa situação seria rápida. Contudo existem processos sociais que afetam a alfabetização ou não de crianças e essa preocupação não é mencionada no Plano Nacional de Alfabetização, cuja prioridade é a utilização do método fonético.

O projeto ciência na escola teoricamente traz uma parceria entre escolas e universidades, para o desenvolvimento da ciência desde a Educação Básica, contudo o governo busca, de diversas formas, retirar/congelar/contingenciar verbas das universidades. Se a ciência no âmbito acadêmico não é valorizada, como é proposto o desenvolvimento na Educação Básica?

Logo, com uma análise dos projetos desenvolvidos para a Educação Básica é possível perceber que o governo, tendo por trás uma extrema direita neoliberal e conservadora, indica a necessidade de mudança no sistema educacional, visando atender uma política que busca satisfazer as necessidades ideológicas de seus apoiadores, não

buscando efetivamente a melhoria da educação para todos e todas, pois trata-se de políticas governamentais focalizadas e de pouca abrangência. Com isso, especialmente a partir do contexto da pandemia, tem se agravado a situação de exclusão educacional e social no país.

REFERÊNCIAS

ALVES, Miriam Fábila; TOSCHI, Mirza Seabra; FERREIRA, Neusa Sousa Rêgo. A Expansão Dos Colégios Militares Em Goiás E A Diferenciação Na Rede Estadual. **Retratos Da Escola**, V. 12, P. 271, 2018.

APPLE, Michael Whitman. **Educando à direita**: mercados, padrões, Deus e desigualdade. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

BELINTANE, Claudemir. Leitura e alfabetização no Brasil: uma busca para além da polarização. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 261-277, ago. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022006000200004>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022006000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 maio 2021.

BRANDÃO, Marcelo. Governo apresenta metas prioritárias para os primeiros 100 dias. **Agência Brasil**, Brasília, 23 jan. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-01/governo-apresenta-metas-prioritarias-para-os-primeiros-100-dias>. Acesso em 01 out. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05.10.1988. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 out. 2020.

BRASIL. **Decretos**. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-1/decretos1/decretos-1>. Acesso em 01 out. 2020

BRASIL. **Decreto nº9.765, de 11 de abril de 2019**. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9765.htm. Acesso em 01 out. 2020.

BRASIL. **Decreto nº10.004, de 5 de setembro de 2019**. Institui o Programa Nacional das Escola Cívico-Militares. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10004.htm. Acesso em 01 out. 2020.

BRASIL. **Decreto nº10.151, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2019**. Institui o Programa Ciência na Escola. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10151.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.151%2C%20DE%202,o%20Programa%20Ci%C3%Aancia%20na%20Escola. Acesso em: 11 maio 2021

BRASIL. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 75ª assembleia geral da organização das nações unidas (ONU)**. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2020/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-abertura-da-75a-assembleia-geral-da-organizacao-das-nacoes-unidas-onu>. Acesso em 15 out.2020.

BRASIL. Governo lança plano com 35 metas para os primeiros 100 dias. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2019/01/governo-lanca-plano-com-35-metas-para-os-primeiros-100-dias> . Acesso em :11 maio 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **IDEB – Resultados e Metas**. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=5794004>. Acesso em: 19 abr. 2021

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2018**: resumo técnico. Brasília, 2019b. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2018.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2019**: resumo técnico. Brasília, 2020b. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_basica_2019.pdf. Acesso em :12 abr.2021

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb): Resultados**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/resultados>. Acesso em: 12 maio 2021

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb): Apresentação da Coletiva de Imprensa | Saeb e Ideb 2019**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/documentos/2020/Apresentacao_Coletiva_Imprensa_Saeb_2019.pdf . Acesso em :12 maio 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2020**: resumo técnico. Brasília, 2021b. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); Ministério da Educação. **Relatório Brasil no PISA 2018**. Brasília, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_basica/relatorio_brasil_no_pisa_2018.pdf . Acesso em 12 maio 2021.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, De 20 de Dezembro De 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm . Acesso em: 01 out.2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ideb-Apresentação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conheca-o->

BRASIL. **Projetos de Lei nº 2401 de 2019**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Projetos/PL/2019/msg121-abril2019.htm.
Acesso em: 21 set. 2020

CECCHETTI, Elcio; TEDESCO, Anderson Luiz. Educação Básica em -xeque-: Homeschooling e fundamentalismo religioso em tempos de neoconservadorismo. **PRÁXIS EDUCATIVA**, v. 15, p. 1-17, 2020.
DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.14816.026> . Disponível em:
<https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/14816> . Acesso em: 20 nov.2020

CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DE CARGO À MINISTRA DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS, DAMARES ALVES. 1 vídeo (31min 18 seg.). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2Qz_tS6zofg. Acesso em: 25 mar. 2021

COLETTA, Ricardo Della. Olavo de Carvalho, o Brasil só fala dele. **El País**, Brasília - 02 dez. 2018. Disponível em:
https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/27/politica/1543319632_709659.html . Acesso em 13 de maio 2021.

CORTE DE 30% DA VERBA VALERÁ PARA TODAS AS UNIVERSIDADES FEDERAIS, DIZ MEC. **Uol**, São Paulo, 30/04/2019. Disponível em:
<https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/04/30/mec-anuncia-corte-de-30-da-verba-para-todas-as-federais.htm>. Acesso em: 12 maio 2021.

CHAIB, Julia; MACHADO, Renato. CPI mira discursos do governo e levanta 200 falas negacionistas de Bolsonaro. **Folha de S. Paulo**, 30 abr. de 2021. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/04/cpi-mira-discursos-do-governo-e-levanta-200-falas-negacionistas-de-bolsonaro.shtml?origin=folha>. Acesso em 12 maio 2021.

CHAUÍ, Marilena. Neoliberalismo, a nova forma do totalitarismo; privatiza direitos, destrói solidariedades e desencadeia extermínios, **BLOG Viomundo**, 07 out. 2019. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/voce-escreve/marilena-chaui-neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo-privatiza-direitos-destroi-formas-de-solidariedade-e-desencadeia-praticas-de-extermínio.html>. Acesso em: 04 maio 2021.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação Básica no Brasil. **Educ. Soc.** Campinas, v. 23, n. 80, p. 168-200, set. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008000010>. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008000010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 abr. 2021.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação básica. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

EM VÍDEO, DAMARES DIZ QUE 'NOVA ERA' COMEÇOU: 'MENINOS VESTEM AZUL E MENINAS VESTEM ROSA'. **G1**, Brasília, 03 ago. 2019. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>. Acesso em: 25 mar.2021

FERREIRA, Cristiano Lucas. A alfabetização bolsonarista. **Sinpro**, 03 fev.2021. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/a-alfabetizacao-bolsonarista/>. Acesso em: 11 maio 2021

FONTANIVEA, Nilma et al. O que o PISA para Escolas revela sobre uma Rede de Ensino no Brasil? A experiência da Fundação Cesgranrio em 2019. **Ensaio: aval.pol. públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 110, p. 6-34, Mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-40362020002900001>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362021000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 maio 2021.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**, 1.ed. São Paulo: expressão popular, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**.4. ed. São Paulo: editora atlas s.a. 2002

JESUS, Girlene Ribeiro. Políticas públicas e condições da educação básica no Brasil: análise do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica à luz de fatores contextuais. In: Célio da Cunha; José Vieira de Sousa; Maria Abádia da Silva. (Org.). **Avaliação de políticas públicas de educação**. 1ed.Brasília: Líber Livro, 2012, v. 1, p. 3-22.

LEHER, Roberto. Leia a análise de Roberto Leher, da UFRJ, sobre o “Future-se”, **Esquerda Online**, 25 jul. 2019. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/07/25/leia-a-analise-de-roberto-leher-da-ufrj-sobre-o-future-se/> . Acesso em: 12 maio 2021.

MARINHO, Will. Bolsonaro é o 2º presidente que mais trocou ministros desde a redemocratização, **CNN**, São Paulo, 27 dez. 2020. Política. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/12/27/bolsonaro-e-o-2-presidente-que-mais-trocou-ministros-desde-a-redemocratizacao>. Acesso em 25 mar.2021.

MARQUES, Hugo. Bolsonaro diz que ‘militantes políticos’ pioram ranking da educação, **Veja**, 15 ago. 2020. Educação, Política. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-militantes-politicos-pioram-ranking-da-educacao/> . Acesso em 12 maio 2021.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Escolas cívico-militares: cidadão ou soldadinhos de chumbo? **Retratos da Escola**. Brasília, v.13, n27, p.621-636, set./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v13i27.1039> . Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1039>. Acesso em: 6 maio 2021

MIRANDA, Marília Gouvêa neoliberalismo como ofensiva neoconservadora à educação brasileira. **Inter-ação (UFG. Online)**, V. 45, P. 1-15, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5216/ia.v45i1.62691>. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/62691>. Acesso em: 5 out.2020

OLIVEIRA, Ana Cláudia Martins de; APINAGÉ, Maria Deusa Brito de Sousa. A discursividade da “não ideologia” no texto de posse de Jair Bolsonaro. **Revista do Sell**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 243-257, jun. 2020. DOI: doi.org/10.18554/rs.v9i1.4081. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/sell/article/view/4081>. Acesso em: 01 out. 2020.

PORTO, Patrícia Rosas; MUTIM, Avelar Luiz Bastos. Políticas Conservadoras na educação básica: a regulamentação do Plano Pedagógico Individual da educação domiciliar, as implicações para a Base Nacional Comum Curricular e a sociedade brasileira. **Práxis Educativa** (UEPG. ONLINE), v. 15, p. 1-16, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.15358.086>. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15358>. Acesso em :20 nov.2020

PLENARIO- Sessão deliberativa- 17/04/2016- 14:00, 2016. 1 vídeo (589 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V-u2jD7W3yU&t=14384s>. Acesso em :24 mar. 2021(Youtube)

PLEYERS, Geoffrey. A “guerra dos deuses” no brasil: da teologia da libertação à eleição de Bolsonaro. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 41, e233566, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/es.233566>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302020000100204&lng=en&nrm=iso. Acesso em 16 nov. 2020.

PROPOSTA DE GOVERNO. **Coligação Brasil acima de tudo, Deus acima de todos**. PSL, 2018. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>. Acesso em: 5 out. 2020.

RAMALHO, Renan. TSE manda remover da internet vídeos de Bolsonaro com críticas a material contra homofobia. **G1**, Brasília, 16 out. 2018. Eleições 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/16/tse-manda-remover-da-internet-videos-de-bolsonaro-contra-o-kit-gay.ghtml>. Acesso em: 28 abr. 2021.

ZAN, Dirce; KRAWCZYK, Nora Ataque à escola pública e à democracia: notas sobre os projetos em curso no Brasil. **Retratos da escola**, v. 13, p. 607-620, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v13i27.1032>. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1032>. Acesso em: 5 out. 2020.